

Gestão Pública

& Desenvolvimento

Ano XXV / T II / R\$ 14,80 / Nº 132 / Dezembro de 2018



GESTORES PÚBLICOS

Os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do serviço público no país



ENTREVISTA
MARIZAURA
CAMÕES

LEGISLATIVO

Congresso corre contra o tempo para votar pautas importantes ainda esse ano

AGENDA BRASÍLIA

Deputados distritais reeleitos falam sobre projetos e objetivos para os próximo quatro anos

Uma leitura das ações políticas e governamentais sob a ótica da sociedade



Gestão Pública

GOVERNO  SOCIEDADE & Desenvolvimento

O cidadão elege os parlamentares e governantes.
A sociedade financia o serviço público e o desenvolvimento do país



Gestão Pública

GOVERNO • SOCIEDADE & Desenvolvimento

Fundadores

Francisco Alves de Amorim

João Batista Cascudo Rodrigues (In Memoriam)

Conselho Editorial

Francisco Alves de Amorim – Presidente

Ricardo Wahrendor Caldas – Professor – UnB

João Bezerra Magalhães Neto – Administrador

José Osmar Monte Rocha – Professor
universitário e Auditor/MF (Aposentado)

Diretor de Comunicação e Distribuição

Geilson Barros Coelho

Diretora Administrativa

Mirielle Fideles Alves Coelho

Diretor Nacional de Comunicação

Dantas Filho

Departamento Jurídico

Ramiro Laterça de Almeida

Relações Institucionais

Eraldo Pinheiro de Andrade

Editor-Chefe

Guilherme Vicente

Jornalistas

Bárbara Mattar, Guilherme Vicente, Wallinson Lenadro

Editor de arte/Diagramação

Elton Mark

Colaboradores/articulas

José Osmar Monte Rocha, Luiz Paulo

Machado, Thiago Jarjour

Revisão

Ana Seidl

Editor de Fotografia

Luiz Antônio

Atendimento e Redação

revistagestaopublica@uol.com.br

Publicação: Mensal

Circulação: Nacional

Brasília

SCLN 104 – Bloco D – Sala 104 – 70.733-540 – Brasília-DF

Telefax.: 55.61. 32016018 – 9972 6018

Site: www.revistagestaopublica.com.br

Sucursal São Paulo

Diretor: Cristovan Grazina (licenciado)

Diretor comercial: Nilton Zanca

Diretor Região Norte: Edson Oliveira

Secretário-Executivo: Luiz Alberto Corrêa

Rua Anhanguera 697 – Barra Funda – SP

CEP: 01.135.000

Representantes

Belo Horizonte/MG – Márcio Lima -Tel.: 319986-4986

Rio de Janeiro/RJ – Rizio Barbosa – Tel.: 21 2222-2414

Natal/RN – Tania Mendes -Tel.: 84 9991 1111

Salvador/BA – Eliezer Varjão – Tel.: 71 91650547

ISSN 0103-7323

Registrado no 1º. Ofício de Registro Cível das

Pessoas Naturais e Jurídicas – Brasília- DF

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. São reservados os direitos inclusive os de tradução. É permitida a citação das matérias, desde que identificada a fonte.

CARTA AO LEITOR

Por muito tempo pouco se sabia a respeito do que se passava na administração pública. No entanto, nos últimos anos com a popularização do acesso a internet e do surgimento das mídias digitais, com o apoio de leis – *Lei da Transparência e Lei de Acesso a Informação* – essa realidade mudou. Hoje a informação circula livremente e chega ao conhecimento daqueles que estão nas áreas mais remotas do Brasil. E isso, é sem sombra de dúvidas um passo gigantesco para o desenvolvimento urbano e econômico do país, que torna a gestão pública democrática e participativa.

Para que se obtenha bons resultados na administração pública é imprescindível estabelecer critérios de organização e criar metas diretamente ligadas com os objetivos a serem alcançados. Só a partir disso é possível gerir a máquina de forma eficiente e garantir o crescimento dos municípios, estados e do país; sem esquecer que o cidadão é a parte mais interessada neste processo. É ele a quem o serviço público serve.

Erramos ao achar que as decisões políticas devem ser tomadas exclusivamente por representantes eleitos para cargos públicos, e que a nossa única obrigação é de 4 em 4 anos escolher, nas urnas, quem serão estes representantes. Os cidadãos podem – e devem – participar ativamente da administração, inclusive ajudando na formulação de políticas públicas para a sociedade.

Nesta edição de **Gestão Pública e Desenvolvimento** você vai conhecer os principais nomes da administração pública brasileira. Pessoas que se dedicam diariamente a implementar políticas voltadas para o desenvolvimento nacional e para atender as necessidades do cidadão. Além disso, vamos esmiuçar matérias que devem ser apreciadas ainda este ano pelo congresso nacional. Vamos falar também sobre a renovação das casas legislativas, a maior desde 1994. Só no Distrito Federal, mais de 40% dos parlamentares eleitos para o legislativo local não possuem nenhuma experiência política.

O futuro Governo Federal pretende fazer inúmeras mudanças. Diminuir ministérios, enxugar gastos, privatizar empresas são assuntos que já estão sendo tratados, em caráter de urgência, pela equipe de transição, encabeçada pelo atual ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha e pelo ministro extraordinário de Bolsonaro, Onyx Lorenzoni. Este governo tem a missão de atender aos anseios da população, que no resultado do último processo eleitoral deixou claro os seus desejos e anseios para com o país.

A receita capaz de garantir o atendimento destes apelos já é uma velha conhecida, a Gestão Pública, porém nunca foi tratada com a devida prioridade que merece. Daqui para frente esta terá de ser a principal pauta da agenda do governo. Não se pode deixar para discutir o tema depois. A hora é agora! Do contrário, corremos o risco de continuar errando, tendo a chance de acertar

Boa leitura!

Guilherme Vicente, Editor Chefe



FILIAO



PARCEIRO INSTITUCIONAL



Colaboração:

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO



NESTA EDIÇÃO

MATÉRIA DE CAPA

22 GESTORES PÚBLICOS:

da energia elétrica que chega a sua casa até o reconhecimento dos seus direitos como segurado da previdência social, tudo passa pelas mãos deles



AFP/Getty Images



6 ENTREVISTA
MARIZAURA
CAMÕES

SEÇÕES

14 ESPLANADA EM FOCO

39 POLÍTICA E PODER

40 ARTIGO

JOSÉ OSMAR MONTE ROCHA
Por trás da toga, uma mulher

49 ARTIGO

LUIZ PAULO MACHADO
O Coaching no âmbito do Serviço Público

57 ARTIGO

THIAGO JARJOUR
Você está preparado para o futuro?

58 CURSOS E EVENTOS

60 PRÊMIOS E PUBLICAÇÕES

CADERNO CONGRESSO

16 VOTAÇÃO

Congresso Nacional corre contra o tempo para votar pautas importantes ainda esse ano



CADERNO JUDICIÁRIO

50 DISCRIMINAÇÃO

Como a Justiça paulista sentenciou negros e brancos para tráfico



AGENDA BRASÍLIA

42 CÂMARA LEGISLATIVA

Deputados distritais reeleitos falam sobre projetos e objetivos para os próximo quatro anos





País tem desafios gigantes para serem superados

Especialista em gestão pública da ENAP crítica discurso de soluções simplistas para problemas complexos

● Por Guilherme Vicente

A especialista em políticas públicas e gestão pública Marizaura Camões (40), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), não tem dúvida: planejamento orçamentário e fiscal é o caminho para o equilíbrio das contas públicas. No entanto, educação, saúde e segurança-pública são questões prioritárias e não devem deixar de receber investimentos.

Nesta entrevista exclusiva, Marizaura defende a manutenção da estabilidade do servidor como um mecanismo eficiente de combate a corrupção, a realização de processo seletivo para ocupação de cargos de livre provimento a partir dos secretários nacionais, bem como, a criação de planos de carreira para os funcionários da administração pública. A especialista também não poupou críticas ao modelo burocrático de controle – resultado da cultura de

corrupção enraizada no país – que, na maioria das vezes, chega a custar mais caro que os bens adquiridos pelo Estado.

Para a especialista gestão é a base para solucionar os problemas vigentes, e que para isso o assunto precisa ser tratado com prioridade pelos dirigentes do país.

Qual o papel do gestor público nesta atual conjuntura política?

MARIZAURA CAMÕES – Neste momento tem se questionado muito a estabilidade, se servidor público deve ou não ter. Uma das razões dos servidores públicos terem estabilidade é justamente para neste momento de transição auxiliar a nova gestão a entender o funcionamento da máquina e a dar continuidade aos programas e as políticas que estão sendo implementadas e estão dando certo, além de dar suporte para a realização de melhorias que a nova administração queria fazer.

Quais são as dificuldades que um gestor pode encontrar no serviço público?

MARIZAURA CAMÕES – A maior dificuldade de quem gerencia pessoas no setor público é a falta de flexibilidade. Hoje eu não tenho condições de promover uma pessoa da minha equipe. Às vezes eu tenho um excelente servidor, mas que pertence a uma carreira que ganha pouco, e um ótimo que pertence a uma carreira que ganha mais. O nosso sistema de mérito no Governo Federal só se dá no ingresso. Poucos países possuem um sistema reconhecido igual ao do Brasil, onde você só ingressa via concurso público. Existem os chamados ‘cargos em comissão’, mas são minoria, e a maioria deles [no Governo Federal] são ocupados por servidores estáveis. Mas acaba aí, você não tem um sistema de mérito depois para ascensão. E isso é algo que em algum momento o governo vai precisar mexer.





Existe alguma diferença entre a gestão aplicada a iniciativa privada da que se aplica a administração pública?

MARIZAURA CAMÕES - É completamente diferente. Houveram vários movimentos na época do Bresser de, por exemplo, privatizar a gestão pública, trazer experiências do setor privado, mas tem uma diferença fundamental entre os dois setores. No setor privado o objetivo é maximizar os lucros. Qualquer ação que uma empresa privada faça é sempre com o foco em expandir o negócio. No setor público não, a finalidade é gerar valor público com foco no cidadão que não é homogêneo, então a política que privilegia determinada parcela da população prejudica a outra. O objetivo finalístico de um órgão público não é tão claro e tão mensurável quanto é no setor privado, porque essa medida de geração de valor às vezes é muito subjetiva.

E o que seria gerar valor público?

MARIZAURA CAMÕES - Depende de quem você é. Se você pertence a uma determinada classe, gerar valor público para outra classe não estará gerando para você. Por isso que no setor público a gestão é, e tem que ser, diferente porque o que se entrega não é um produto. Uma política econômica, por exemplo, pode gerar resultados completamente diferente em diferentes setores. Além disso tem outro componente que é a política que as pessoas tanto criminalizam; e eu acho isso totalmente equivocado, sem política não temos democracia. Quem toma as decisões é o congresso e cabe aos gestores

implementar essa decisão, só que os servidores não são uma máquina de implementar coisas. Então tem essa relação entre a formulação e a implementação que não são etapas separadas. Tem o judiciário que também interfere no processo. Quando a gente fala de saúde, por exemplo, tem um monte de decisão judicial que gera impactos na saúde. No fim das contas é muito mais complexo do que se imagina. Eu sou mais favorável a buscar soluções [de setor público] utilizadas por outros países, que possuam culturas similares às nossas. Acho muito mais efetivo do que querer implantar uma solução do setor privado.

Como a Sra. define Estado eficiente?

MARIZAURA CAMÕES - O estado eficiente é aquele que faz mais com menos. Mas ele não tem só que fazer mais com menos, ele precisa gerar maior valor público. Você pode fazer muito gastando pouquíssimo e gerar quase nada de valor para a sociedade. No fim, tudo que o estado faz, direto ou indiretamente, precisa gerar valor público, e às vezes você até gasta mais para que isso aconteça. Sou a favor da contenção de gastos, da responsabilidade fiscal, não podemos quebrar o Estado, tem que haver um planejamento orçamentário e fiscal do país, mas precisamos estabelecer questões prioritárias e investir recursos nisso, senão não há geração de valor.

“Sou a favor da contenção de gastos, da responsabilidade fiscal, não podemos quebrar o Estado”



Barbara Mattar/Revista Gestão Pública

É possível modernizar o modelo de gestão de modo que os serviços prestados sejam mais efetivos e custem menos aos cofres públicos?

MARIZAURA CAMÕES - A tecnologia ajuda muito na questão de eficiência. Hoje nós temos excesso de controle, e isso é resultado dessa cultura de corrupção que infelizmente ainda é muito forte no Brasil. A sensação que dá é que a corrupção aumentou, quando na verdade ela sempre existiu e agora estamos tornando-a pública. Nosso país ampliou muito os mecanismos de accountability, de transparência; e eu acho que este é o caminho.

Hoje, para você comprar qualquer coisa no governo é um trabalho gigantesco, às vezes as horas de trabalho daquelas pessoas que vão fazer o processo de compra é mais caro que a própria compra. Isso são mecanismos que foram criados para evitar que as pessoas roubem. Só que este excesso de controle gera ineficiência e custos para o Estado, em vez de tentarmos mudar a cultura, tentar criar mecanismos de incentivo para que os servidores façam melhores entregas.

No Brasil falta políticas de gestão pública?

MARIZAURA CAMÕES - A agenda da gestão pública nunca foi prioritária no Brasil.

Por quê?

MARIZAURA CAMÕES - Porque gestão é uma coisa que não dá resultado a curto prazo, e acaba que os dirigentes públicos querem resultados rápidos.

Muito se queixa dos serviços públicos essenciais. Sabemos que na maioria das vezes a deficiência não se dá por falta de investimento e sim por falta de gestão. O que pode ser feito para mudar este quadro?

MARIZAURA CAMÕES - Acho que essa é a pergunta de um milhão de dólares [risos]. Aqui na ENAP o que a gente tem feito, por exemplo, é primeiro investido em estudos sobre isso. A gente tem tanto estudado internamente quanto feito muito fomento a estudiosos que queiram achar soluções práticas. Outra coisa que a escola faz há muito tempo é o incentivo a inovação, inclusive temos uma premiação para iniciativas aqui – Concurso Inovação no Setor Público – que já está na 22ª edição, e o slogan do prêmio é “a sua pequena mudança pode ser uma grande inovação”. Neste concurso nós já vemos inúmeras vezes pequenas mudanças que geraram impactos gigantescos. A Receita Federal do Brasil, por exemplo, eu lembro quando eles passaram a receber as declarações em disquetes. Isso foi uma grande revolução. Hoje você faz a sua declaração por meio de um aplicativo. Imagina só quantos técnicos ficavam ali digitando aqueles formulários? Quantas horas de trabalho eram gastas para se fazer isso? E a quantidade de erros? Porquê depois eles tinham que contabilizar e não tinha como cruzar dados para saber quem estava sonegando. Então só essa questão de tirar do papel e passar para o disquete mudou completamente a cara e a eficiência da Receita Federal, que continua investindo em bancos de dados para fazer cruzamentos. Hoje se o dentista não informa e

você informa na isenção, já é possível identificar e ele vai para a malha fina. Isso é gestão, gerar eficiência, acelerar os processos, diminuir os gastos. Outro exemplo é o Cadastro Único, que foi criado inicialmente para atender o Bolsa Família e hoje atende mais de 30 políticas públicas de órgãos diferentes. Imagina só cada órgão fazendo o seu cadastro de cidadãos com 5 mil municípios que juntos somam milhões de pessoas. O papel da gestão é justamente isso, desenvolver mecanismos que possam ser usados de maneira coordenada para aprimorar os serviços prestados pelo Estado ao cidadão, e são estes mecanismos os responsáveis por gerar eficiência e consequentemente mudar este quadro.

A nomeação de nomes técnicos para gerenciar estes serviços em vez de políticos também seria uma alternativa? Já que quando se trata de um nome político geralmente ele vem ligado ou sofre influência de grupos de interesse...

MARIZAURA CAMÕES - O que alguns países têm feito, e eu gostaria que acontecesse no Brasil, é processo seletivo para ocupação de cargo. Não precisa ser um concurso público nos moldes que a gente já faz com provas, mas tem que haver requisitos mínimos e as pessoas investidas nestes cargos precisam comprovar capacidade técnica para ocupar essas funções. Acho que não pode acabar com a discricionariedade de escolha de um presidente de nomear seus ministros, que precisaram escolher os seus assessores pessoais. Mas a partir dos secretários nacionais deveria haver critérios e processos seletivos.



Nós vimos recente uma experiência de Portugal. Eles criaram uma instituição – CReSAP – só para fazer a seleção de altos dirigentes, e eles entregam uma lista para o dirigente máximo dizendo que aquelas pessoas, ali indicadas, estão aptas a ocupar o cargo, e desses nomes ele pode escolher qualquer um. Isso seria o ideal para todos os cargos de livre provimento no Brasil.

Falta autonomia para os órgãos de controle?

MARIZAURA CAMÕES - Nossos órgãos de controle são bem empoderados. Se eles conseguiram punir pessoas que estavam no poder é sinal de que existe uma autonomia muito grande no Brasil, senão não teriam conseguido. Na minha leitura eu acho que investimos muito nisso, o que não é negativo. Faltou investir no ataque. A nossa defesa é muito boa, de primeiro mundo. Más nos atacantes acabamos investindo muito pouco.

De que maneira a sociedade pode contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento do serviço público?

MARIZAURA CAMÕES - Existem vários tipos de accountability, tem a dos órgãos de controle e tem a da sociedade. Tem portais hoje de contas abertas que são controlados pela sociedade civil organizada. Nessas

últimas eleições o pessoal fez vários sites que reuniam todas as votações de todos os candidatos nos projetos do congresso. O negócio é que o cidadão comum não acessa.

O caminho então é mais envolvimento político do cidadão?

MARIZAURA CAMÕES - Sim, a sociedade tem que participar, não tem outro jeito. Vou te dar um exemplo na área da educação. Todos os estudos mostram que as escolas onde as famílias participam têm melhores resultados. Isso é participação cidadã nas políticas de educação. Todas as escolas podem ter bons professores, uma excelente infraestrutura, mas a participação da família é crucial no desempenho dos alunos. Então, o papel do cidadão não é só cobrar como o dinheiro está sendo usado, é ser parte da política pública. A gente aboliu a ideia do cliente cidadão. O cidadão não é um cliente que eu estou ali vendendo um produto, ele é parte do processo político.

Muitos defendem a implantação de aulas sobre noções básicas de direito constitucional no currículo escolar, afim de tornar os estudantes cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Aulas de noções básicas de gestão tornaria as pessoas mais do seu papel enquanto cidadãs?

“Nossos órgãos de controle são bem empoderados. Se eles conseguiram punir pessoas que estavam no poder é sinal de que existe uma autonomia muito grande no Brasil”



MARIZAURA CAMÕES - Acho que ter noção de governo como um todo, um pouco de ciência política, um pouco de direito constitucional, de direito administrativo; entender minimamente como a máquina funciona é importante para o cidadão, e isso é algo que ele levava para a vida toda. Eu não sei em que momento. Não sei se deveria ter uma disciplina na escola, mas sinto falta. Eu dou muito curso para a área de gestão de pessoas, que é uma área bem técnica, e sempre falo: “ou vocês se tornam agentes políticos dentro da organização, ou vão ficar reclamando”, porque todo servidor público é um ator político. As pessoas confundem o político com o partidário e são coisas totalmente diferentes, o ator político é aquele que ajuda a tomar as decisões, é aquele que influencia no processo.

A criação de escolas especializadas na formação de gestores como a ENAP, a ESAF e a ENAGRO; além da oferta do curso de Gestão Pública por vários centros universitários mostra que há uma procura crescente pelas técnicas da área. Como o Sra. avalia este movimento e que reflexos ele pode trazer para a administração pública a longo prazo?

MARIZAURA CAMÕES - Realmente houve uma pulverização de cursos de graduação e de pós-graduação em gestão pública, e em todo o departamento de “públicas”, que cresceu exponencialmente no Brasil. Eu vejo isso de forma muito positiva. As carreiras públicas se tornaram atrativas nos últimos anos devido à valorização salarial dos profissionais do setor, e isso fez com que as

“É um mito essa história de que a máquina está inflada”

pessoas passassem a se dedicar mais para isso, o que corroborou neste crescimento de oferta do curso. Para se ter uma ideia, o primeiro vestibular de Gestão Pública da UnB foi mais concorrido que o do curso de Medicina. Então eu acho positivo, estamos profissionalizando os futuros servidores, que sem sombra de dúvidas irão ter mais capacidade técnica e geraram resultados cada vez mais satisfatórios.

A máquina pública está mesmo inflada?

MARIZAURA CAMÕES - Nós tivemos um movimento de ampliação da quantidade de cargos, mas se você pegar o quantitativo de servidores em relação ao tamanho da população, vai perceber que ele é bem menor que a média dos países da OCDE, então é um mito essa história de que a máquina está inflada. O problema é que no Brasil o servidor público ganha mais que o funcionário da iniciativa privada, e isso não é o que acontece na maioria dos outros países. E com base nisso as pessoas começam a questionar a estabilidade, que não deve deixar de existir porque o servidor precisa ter autonomia para dizer não para uma ilegalidade. Você pode ver que a maior parte da corrupção no Brasil acontece nas empresas estatais, onde não se tem estabilidade

– e os funcionários muitas vezes são coagidos a assinar documentos para não perder o emprego. Eu como servidora estável, se alguém me propõe uma ilegalidade eu tenho a obrigação de denunciar sem medo de ser punida. Isso é uma questão que tem de ser vista com muito cuidado, porque a estabilidade te impede de corromper o servidor. Agora, paralelamente a isso nós precisamos ter mecanismos de ascensão profissional. Não dá para todo mundo ganhar bem, é preciso criar planos de carreira onde o servidor entre ganhando pouco e tenha que galgar mérito para ter salários melhores. Isso já acontece nos bancos, você pode morrer técnico bancário, porém mostrando resultados pode chegar a gerente em dez anos e vê o seu salário sair de 2 para 30 mil.

Nós estamos passando por um momento de transição de governos. Quais dificuldades administrativas a próxima gestão poderá encontrar e como poderá resolvê-las?

MARIZAURA CAMÕES - O país tem desafios gigantes para serem superados. A nova gestão chega e vai precisar enfrentar isso. A questão da economia por exemplo, nós passamos por um momento de recessão e, você simplesmente cortar gastos irá melhorar as contas por um lado, mas poderá inviabilizar entregas ao cidadão por outro. Tem que investir em estrutura, os profissionais de saúde, educação e segurança-pública não possuem condições mínimas de trabalho, e quem faz uso desses serviços sabe disso. Então, não é fácil assim como as pessoas pensam. Eu vejo as vezes



discursos de soluções simplistas para problemas complexos. Cortar gastos é uma coisa fácil, só que esquecem que o Estado é uma engrenagem, onde, se você mexer uma pecinha todo o resto vai se movimentar, ou não. Você depende de determinados grupos de interesse para governar, depende do congresso para aprovar medidas, dos servidores públicos para implementar as políticas. Então é o tempo todo um jogo de pesos e quanto mais aberto ao diálogo, melhor o governo, pois é impossível para uma pessoa só, ter conhecimento de tudo.

Na sua opinião quais critérios deveriam ser adotados pelo próximo presidente - Jair Bolsonaro, no momento da escolha dos futuros nomes que irão ajudá-lo a governar pelos próximos quatro anos?

MARIZAURA CAMÕES - Para os dirigentes máximos é realmente cargo político, ainda mais em um presidencialismo de coalisão como o nosso. O presidente vai ter que atender interesses de determinados grupos para que votem com ele. Isso faz parte do jogo político e não é algo exclusivamente do Brasil. Agora da equipe que implementa as decisões é processo seletivo, é estabelecer critérios, não tem outra alternativa melhor.

Uma das pautas da futura administração é a privatização de algumas estatais. Enquanto gestora, como você avalia essa possibilidade? Não seria melhor torná-las lucrativas em vez de passá-las para a iniciativa privada?

MARIZAURA CAMÕES - Cada

caso é um caso. A estatal que é lucrativa não faz nenhum sentido abrir mão. No caso também de estatais que prestam serviços básicos eu acho muito temerário. Se você pega uma empresa de geração de energia, por exemplo, a geração de energia para determinadas regiões do país é deficitária e vai ser sempre. O cara ribeirinho lá da região da Amazônia não tem como pagar o custo de levar a energia até ele. Que empresa privada vai querer assumir isso? Nenhuma! E se assumir será subsidiada pelo governo que continuará gastando com aquilo do mesmo jeito, só que em vez de gastar com uma empresa própria vai gastar com um empresário que só quer saber de ganhar. Diferente da empresa pública que tem como foco a prestação de serviço para o cidadão. Então, é preciso fazer um balanço, saber que tipo de valor público essas empresas geram e quão fundamental é o serviço que ela presta para sociedade.

Eu participei do último Clad - Congresso Latino Americano de Gestão Pública - e um professor italiano pegou as 100 maiores empresas da Revista Forbes, algumas brasileiras, e comparou os seus resultados econômicos com empresas privadas dos mesmos setores para ver quais geraram mais lucros, e as públicas eram as mais lucrativas. Então tem muito mito e a gente toma decisões pautado nisso. Por isso que a ENAP investe muito em estudos, porque às vezes o mito de que a gestão privada é mais eficiente que a gestão pública é muito forte. E não é! Se fosse assim nenhuma grande empresa quebrava.

“Cortar gastos é uma coisa fácil, só que esquecem que o Estado é uma engrenagem, onde, se você mexer uma pecinha todo o resto vai se movimentar, ou não”



Barbara Mattar/Revista Gestão Pública

Jair Bolsonaro já anunciou algumas mudanças na organização do Governo Federal. Além da redução no número de ministérios, Bolsonaro transferiu algumas autarquias de pastas. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por exemplo, passa do Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Esse tipo de mudança não dificulta a atividade fim destes órgãos uma vez que passam a integrar pastas com finalidades diferentes?

MARIZAURA CAMÕES - Eu vou dizer o que acho que deveria ser feito. A equipe de transição tinha de ir aos órgãos para conhecer as políticas que estão sendo desenvolvidas, e a partir disso ver quais são as sobreposições que existem e entender a máquina para poder ver a viabilidade das fusões que estão sendo propostas. Porque talvez haja fusões que realmente sejam necessárias, que vão otimizar os serviços, e outras que não fazem o menor sentido. Fazer um ministério com algumas pastas da infraestrutura talvez seja interessante mesmo, talvez sejam políticas que podem funcionar melhor se integradas.

Especula-se que sejam cortados cerca de 25 mil cargos comissionados além da adoção de um Plano de Demissão Voluntária (PDV). Como administrar isso de maneira que não afete diretamente o bom funcionamento da administração?

MARIZAURA CAMÕES - O Onyx [ministro extraordinário da Casa Civil] anunciou este corte, mas hoje

o Governo Federal conta apenas com 22 mil cargos comissionados, incluindo os de ministro. Então não tem como cortar 25 mil. Sobre a proposta do PDV isso já foi adotado pela atual administração. O que eu, como especialista em gerir pessoas, acho que deve ser feito, e o Ministério do Planejamento já está investindo nisso, é fazer um bom dimensionamento da força de trabalho para cada política que está sendo desenvolvida, para cada órgão, e destinar a quantidade ideal de servidores para manter isso. Tem servidores que já possuem tempo para aposentadoria, mas continuam lá por abono. Alguns ainda são datilógrafos. Então a mão de obra ela vai mudando com o passar do tempo. Aqui na ENAP, por exemplo, nós adotamos o sistema eletrônico de formulação. Tinha servidores que o trabalho era levar o processo para cima e para baixo e hoje você manda tudo por e-mail. A secretaria de Gestão implementou o TaxiGov, a gente tinha um rol de motoristas no executivo federal que ficavam parados o dia inteiro esperando alguém precisar do carro, e hoje nós temos o sistema de Taxi que faz uma economia enorme. Muitas coisas já estão sendo feitas para diminuir custos. Foi feito um corte expressivo de cargos na entrada do governo Temer que fez uma análise do quantitativo de cargos de cada órgão. Agora a nossa estrutura hierárquica ela é montada por cargos comissionados, então ou se “horizontariza” as estruturas ou você acaba com políticas e projetos se tirar os cargos simplesmente. O custo dos cargos é irrisório. Se você olhar no orçamento o impacto é muito pequeno.

Para encerrar a entrevista, gostaríamos de saber quais as perspectivas que a Sra. tem em relação a gestão pública no Brasil para os próximos anos?

MARIZAURA CAMÕES - Eu sou muito otimista, acho que a agenda da gestão ficou muito apagada. Investimos muito em digitalização, em accountability mais essa agenda de gestão de pessoas, de gestão de carreiras, ela não teve muita atenção nos últimos anos. Bresser tentou implantar uma mudança em 94 com o governo FHC, mas não teve sucesso. Hoje tem vários estudos mostrando que a reforma Bresser não funcionou. Houve no período PT uma valorização dos servidores, principalmente em termos salariais, aumento do número de carreiras, o que é uma coisa positiva por um lado, porque você atrai pessoas mais qualificadas, mas acho que faltou esse olhar estratégico mesmo, de gerenciamento. O Brasil sempre foi visto como uma potência na América Latina e hoje a gente perde para o Chile. Então eu acho que podemos investir. Existem bons projetos das equipes do Ministério do Planejamento, e eu acompanho de perto, a gente faz estudo sobre encomenda para eles. Lançamos lá uma série de estudos de caso da secretaria de gestão, relatando essas experiências: TaxiGov, Sistema Eletrônico de Informação, Painel de Custeio, Painel, de Compras Públicas; e eu espero que a equipe de transição ao fazer este contato, percebam que há projetos interessantes e invistam nisso. ●



ESPLANADA EM FOCO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



“Minha regra de engajamento no Haiti era muito parecida com essa que o futuro governador colocou. É óbvio que muita gente faz uma distorção nisso e acaba dizendo que é uma autorização para matar. É uma reação necessária à exibição ostensiva que tem sido feita no Rio de Janeiro de armas de guerra nas mãos, muitas vezes, de jovens”

Augusto Heleno, general da reserva e futuro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), comenta declaração de Wilson Witzel (PSC), governador eleito do Rio de Janeiro, de utilizar atiradores de elite para conter criminosos, durante entrevista à Rádio Nacional.

José Cruz/Agência Brasil



“Temos muita coisa a fazer. Educação para formar cidadãos qualificados; ciência para desenvolver ideias e soluções específicas para o país; tecnologia para transformar essas ideias em inovações, que irão se transformar em novos produtos, que vão se transformar em novas empresas, que vão criar novos empregos e esse círculo virtuoso é o que queremos criar aqui no Brasil”

Marcos Ponte, astronauta e futuro ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação; em entrevista à Rádio Jovem Pan.

“Não existe a menor chance de utilização da estrutura do Ministério da Justiça, ou da Polícia Federal para perseguição política. Não foi feito isso durante a operação Lava Jato. As pessoas foram condenadas com base em crimes de corrupção, lavagem de dinheiro ou associação criminosa; com base em provas robustas e não em suas opiniões políticas”

Sérgio Moro, juiz federal, em coletiva de imprensa após anúncio de seu nome para comandar o Ministério da Justiça e Segurança Pública.



Luiz Marques



“Primeiro grande gasto: vamos fazer uma reforma da previdência. Segundo grande gasto: o juro da dívida [externa], vamos acelerar as privatizações e vamos transformar o Estado. Na hora que acelerarmos as privatizações nós vamos liberar recursos, em vez de ficar pagando juros de dívidas esses recursos serão liberados para fazer a reforma fiscal e descentralizar recursos para os estados e municípios”

Paulo Guedes, futuro ministro da Economia, durante coletiva de imprensa em Brasília.



“Toda a equipe está sendo preparada para que em dezembro de 2019 os parlamentares digam o seguinte: nunca fui tão respeitado, nunca fui tão valorizado como no governo de Jair Bolsonaro”

Onyx Lorenzoni, ministro extraordinário de Jair Bolsonaro, comenta como deverá ser o relacionamento do futuro governo federal com o poder legislativo.



“Aprofundaremos iniciativas lançadas com competência pela atual gestão. Lançaremos muitas outras, tanto na economia e no comércio quanto na cultura e na tecnologia, nas relações políticas e no trabalho consular, na promoção e das liberdades fundamentais em todo o mundo”

Ernesto Araújo, futuro ministro das Relações Exteriores, em nota após ser anunciado por Jair Bolsonaro.



Recesso parlamentar
começa em 23 dezembro e
termina em 1º de fevereiro

Congresso Nacional corre contra o tempo para votar pautas importantes ainda esse ano

A intenção é conseguir votar pautas importantes antes da posse do novo presidente Jair Messias Bolsonaro. Especialistas acreditam não haver tempo hábil para todas as votações.





Roberto Stuckert Filho/Palácio do Planalto



● Por Wallinson Lenadro

Colaboração

Com menos de um mês para o início do recesso parlamentar, o congresso nacional corre para pôr em votação pautas importantes antes da posse do presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro (PSL). A equipe de transição do novo presidente pressiona os parlamentares pela votação da Reforma da Previdência ainda este ano.

Outras pautas-matérias como o Projeto de Lei Escola Sem Partido também estão entre as pautas bombas. Na Câmara dos Deputados o projeto já teve duas sessões para discussão do texto; a última encerrada por ânimos alterados entre deputados à favor e

opositores. E se não bastasse esses desafios, tanto a Câmara quanto o Senado ainda têm medidas provisórias e emendas constitucionais para votar.

O recesso dos parlamentares começa em 23 de dezembro e termina em 1º de fevereiro, mas muitos deputados e senadores voltam para seus estados antes e, por falta de quórum, prejudicam votações.

VOTAÇÕES URGENTES

O Ministro-extraordinário da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, articulam com deputados e senadores que a reforma previdenciária seja votada ainda este ano, mas a visão de cientistas políticos nesse

Reforma da previdência foi enviada pelo presidente Michel Temer em dezembro 2016

caso é pessimista, pois não há tempo hábil para a votação. A proposta foi enviada ao Congresso pelo Presidente Michel Temer em caráter de emenda constitucional em dezembro de 2016. De lá para cá, o legislativo não conseguiu votar a matéria e, de fevereiro até 31 de dezembro deste ano, todos os Projetos de Emenda à Constituição estão suspensos. De acordo com o 1º parágrafo do artigo 60 da Constituição Federal, a mesma não poderá sofrer emendas enquanto houver intervenção federal.



Presidente eleito não terá dificuldades em aprovar projetos no Congresso Nacional.

SAÍDAS PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O presidente eleito estuda fazer uma reforma infraconstitucional com alterações que não mexam na Constituição. O cientista político, Ricardo Caldas, da Universidade de Brasília (UnB) explica que, apesar da possibilidade desta modalidade de reforma, ela não atenderia a necessidade do país. “Existe [esta possibilidade] sim, porém o alcance dela diminui. Para se fazer as mudanças que o Brasil precisa você precisa de uma reforma constitucional, com uma emenda à constituição. Uma reforma infraconstitucional seria apenas questões pontuais, que não resolveria o problema”, disse.

No mês de novembro o Congresso Nacional contrariou as orientações e sugestões de Bolsonaro. Ele, alguns partidos da direita e à esquerda em peso, se mostraram contrários ao reajuste salarial para o judiciário brasileiro. No dia 07 de novembro então o Congresso Nacional votou a favor

O PRÓXIMO GOVERNO ENFRENTARÁ UMA OPOSIÇÃO GRANDE, PORÉM CONTARÁ COM UMA BASE FORTE TAMBÉM

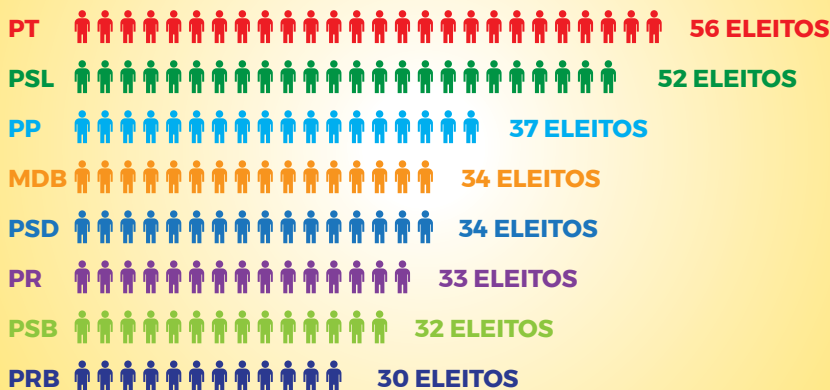
do aumento de 16,38% nos salários dos magistrados da Suprema Corte.

BASE DO PRÓXIMO GOVERNO

O próximo governo enfrentará uma oposição grande, porém contará com uma base forte também. Na Câmara dos Deputados é o Partido dos Trabalhadores (PT) que detém a maior bancada com 56 cadeiras; a segunda maior é do partido de Bolsonaro, Partido Social Liberal (PSL), com 52 bancadas. Já no Senado Federal o PT perde força - o partido caiu de 12 senadores eleitos para 6, mas mesmo assim, continua à frente do PSL que conseguiu eleger 4 senadores.

Para Ricardo Caldas a aprovação dessas pautas é possível e que Bolsonaro não sofrerá em ter uma base governista. “Não vejo nenhum problema de ele obter a maioria no congresso. Tradicionalmente os partidos brasileiros se adaptam a figura do presidente, ou da presidente se for o caso. A ex presidente Dilma que era líder de um partido de esquerda não teve problema em ter

Na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores (PT) detém a maior bancada. A segunda maior é do partido de Bolsonaro, Partido Social Liberal (PSL).





Leonardo Prado/Câmara dos Deputados



Partido de Bolsonaro conseguiu a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados.

apoio da maioria. O partido do futuro presidente é a segunda força no congresso e deve se tornar a principal. A primeira janela partidária que tiver, certamente deve receber deputados de partidos pequenos que estão inseguros e querem fazer parte da base governista, então certamente haverá uma corrida para o partido do presidente, é uma coisa que sempre acontece no Brasil, é algo muito comum e eu não acredito que com o presidente Bolsonaro será diferente”, explicou o cientista.

Entre os Projetos de Lei, Projetos de Resolução e Emendas à Constituição, o Congresso Nacional ainda aprovará textos importantes, como o Projeto de Lei do Senado nº 163, de autoria do Senador Otto Alencar (PSD). A matéria é para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União.

Atrás dessas votações, outra que está ganhando proporções, mas que

O ASSUNTO NO MOMENTO NÃO SÃO OS POSSÍVEIS INDICADOS DOS PARTIDOS, MAS SE O VOTO PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA E SENADO DEVE SER ABERTO OU SECRETO



Rodrigo Maia articula apoio a Bolsonaro para uma possível candidatura à presidência da Câmara.

só entra em pauta ano que vem, é a votação para a presidência da Câmara e do Senado. Todavia, o epicentro do assunto no momento não são os possíveis indicados dos partidos à presidência das casas, mas se o voto deve ser aberto ou secreto.

De acordo com o regimento interno da Câmara e do Senado, o voto era secreto para votação de cassação de mandatos e análise de veto presidencial, mas em novembro de 2013, os parlamentares decidiram que

os votos para este fim sejam abertos como foi a cassação de mandato do ex-Senador Delcídio do Amaral (2016), e foi mantido o voto secreto para a decisão dos representantes da Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

Numa sessão não deliberativa do Senado durante o mês de novembro, o Senador Lasier Martins (PSD), em discurso, defendeu que o voto para a presidência do Congresso Nacional seja aberto. Segundo ele, o resultado das eleições deste ano contrariou pesquisas e políticos não reeleitos buscando uma renovação nas casas. Lasier defendeu que para a presidência do Congresso Nacional os parlamentares precisam repetir a resposta dada nas urnas. “(...) por essas razões é que pretendo propor aos líderes do Senado que façamos uma votação aberta, para que cada um mostre quem é quem, o que é que pretende, identifique-se com as opções que virão para esta concorrência. Já se ouve falar em chapa da oposição ao Governo eleito, há a chapa do

Governo, há chapa independente... Nomes estão surgindo. Devo dizer desde logo que não sou candidato, mas pretendo apoiar candidato ou candidata cara limpa, sem ficha suja, pessoa esclarecida, experiente, e que tenha se salientado nestes primeiros quatro anos do atual mandato. Assim é que nós, mesmo optando, nas várias opções que serão colocadas em ordem, temos este compromisso de atender ao grito das urnas, que reivindica mudanças”, declarou.

Alguns partidos ainda não se manifestaram a respeito de indicações ou apoio de nomes para a presidência do Congresso Nacional, embora o atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), venha demonstrando interesse em uma possível reeleição na casa ao cogitar incluir na ordem do dia projetos de Bolsonaro como a votação da revogação do Estatuto do Desarmamento. Atitude vista como uma forma de se aliar ao PSL para obter apoio num futuro mandato na presidência da Câmara. ●



GESTORES PÚBLICOS:



**DA ENERGIA ELÉTRICA QUE CHEGA A
SUA CASA ATÉ O RECONHECIMENTO
DOS SEUS DIREITOS COMO SEGURADO
DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, TUDO
PASSA PELAS MÃOS DELES**





Os profissionais que levam o serviço público a sério

● **Por Bárbara Mattar**

Você sabe qual é o trabalho de um gestor público? Sabe qual a importância do trabalho de cada um deles para a sociedade brasileira? E, acima de tudo, sabe que ele trabalha para você?

Isso mesmo. Todo gestor público, seja ele servidor público de carreira ou membro componente das mesas diretorias das autarquias brasileiras, tem por obrigação básica servir com eficiência e eficácia à população em geral. Isso porque seus mandatos e indicações estão diretamente ligados à execução de políticas públicas que visem facilitar, organizar e administrar a vida social, seja no

âmbito educacional, setor elétrico, aposentadoria, economia, entre outros.

Erroneamente se pensa que o gestor trabalha apenas para o poder executivo regente à época de sua nomeação e mandato, mas é preciso manter em mente que, independente de questões e opiniões políticas, ele é fundamentalmente um servidor dos cidadãos.

Por tudo isso, é preciso pensar nessa relação como um grande quebra-cabeças, no qual só há o completo funcionamento do país quando todos esses gestores conseguem, exercendo suas funções específicas, cumprir seu papel de servidor público. Para tanto, a escolha desses nomes parte de princípios não somente ligados à política, mas também às experiências profissionais e pessoais de cada um deles antes de assumir um cargo de direção e/ou presidência das agências, institutos e departamentos brasileiros.

Essas características e expertises que fazem de um gestor público parte importante dessa engrenagem. Aqui, você poderá conhecer um pouco sobre administradores dos setores de educação, energia elétrica, segurança, meio ambiente, previdência social, economia e telecomunicações.

Você verá quem são os nomes que fazem as políticas públicas e ações governamentais do Brasil serem conhecidas dentro e fora do país. Homens e mulheres que tem, em sua essência, responsabilidade com o Brasil.



Quem é André Pepitone?

André Pepitone da Nóbrega tem 44 anos e nasceu em Maceió (AL). Graduado em Engenharia Civil e pós-graduado em Geotecnia pela Universidade de Brasília, tem o serviço público no sangue. O seu pai, também servidor público, trabalhou a vida inteira na Eletrobras (EletroNorte), criou o filho, que atualmente é diretor-geral da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica –, em meio aos canteiros de obras das usinas hidrelétricas da maior companhia de energia elétrica do país e foi fazendo, pouco a pouco, com que a criança se envolvesse e se apaixonasse pelo ramo.

Quando perguntado sobre o que mais o identifica como gestor, não hesita em dizer: “Sou um homem de diálogos.”

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Já formado, o encanto pelo mundo regulatório começou a surgir e logo na primeira oportunidade participou da seleção pública da ANEEL, em 1999. André foi contratado temporariamente pelos termos da seleção para trabalhar com geração renovável nas hidrelétricas do Brasil. Em 2000 classificou-se no primeiro concurso da Agência, porém não pôde assumir, pois o certame, apesar de homologado, foi cancelado pelo Supremo Tribunal Federal, por conta do seu regime de contratação, visto que, nesse caso, o STF entendeu que não poderia haver vínculo pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – e sim em Regime Estatutário, que rege os vínculos trabalhistas dos servidores públicos.

Mas André Pepitone não desistiu! Em 2004, um novo concurso realizado pela Escola de Administração Fazendária – ESAF –, no qual o engenheiro civil também foi classificado e aprovado. No ano seguinte (2006) tomou posse como servidor da ANEEL e um ano depois, por meio de processo seletivo interno da agência foi aprovado para participar de um Programa de MBA em Economia na Universidade George Washington (D.C, Estados Unidos da América).

Entre maio de 2012 e maio de 2014, Pepitone desempenhou a função de Diretor da Associação Brasileira de



“ Eu vinha da UnB e passava de carro aqui na frente da Aneel que ainda estava sendo construída e pensava: ‘é aqui que eu quero trabalhar!’.”

Agências de Regulação – ABAR. Em março de 2015, foi eleito Vice-Presidente da Associação Ibero-americana de Entidades Reguladoras de Energia – ARIAE, com mandato de três anos. Em maio de 2018, foi eleito Presidente da ARIAE, com mandato de três anos.

Toda essa trajetória na vida pública certamente tem ligação com a sua família. Com um avô promotor de Justiça no estado da Paraíba e um pai servidor da Eletronorte, André Pepitone cresceu sendo atraído pela possibilidade não da dita estabilidade profissional, mas sim de servir a



um ideal público e melhorar a vida da população. Quando conseguiu unir esse desejo com o tema da energia elétrica, teve a certeza de que não somente estava talhado para ser servidor público, mas também onde faria esse trabalho.

“Eu vinha da UnB e passava de carro aqui na frente da Aneel que ainda estava sendo construída e pensava: ‘é aqui que eu quero trabalhar!’”.

O GESTOR PÚBLICO

Como gestor, André acredita que o Brasil é um país rico em recursos naturais e que enfrenta, há anos, um grande problema: gestão. Para ele, o papel do servidor é importantíssimo para seguir no enfrentamento aos problemas de administração, pois em sua condição de gestor do Estado toda e qualquer decisão “afeta a vida de todos os brasileiros e há muitas lacunas para alcançar o pleno desenvolvimento nacional superando as fraquezas e aproveitando as capacidades do país.”

Tomado de suas responsabilidades, ele afirma que ser gestor é propor novas políticas públicas e estruturantes que contribuam para o avanço do progresso brasileiro

e ainda mais de auxiliar os poderes atuantes na implementação desses projetos de forma “racional e eficiente”, zelando pelos recursos públicos e seus mais diversos usos.

POLÍTICA, TECNOLOGIAS E GESTÃO

Diante de um cenário político cada vez mais polarizado, as responsabilidades de um gestor público são ainda maiores, pois é preciso atuar de maneira neutra em prol de um bem maior, o Estado brasileiro, e atender as demandas de toda a população independentemente das suas influências ou governos. Para isso, André Pepitone acredita



na “isenção e serenidade do gestor. Nosso compromisso é com o Brasil, sejam quais forem nossas preferências pessoais ou políticas.”

A atuação de um gestor público vai muito além das dificuldades e questões políticas. Outro ponto que dificulta, muitas vezes, o desenvolvimento de uma boa administração são as amarras burocráticas impostas pela legislação e é preciso “saber lidar com esse desafio e dar resposta efetiva no elevado nível de cobrança da sociedade, para um cidadão que, com toda razão, não admite mais esperar a resposta de um órgão público diante das suas solicitações e expectativas.”

Uma das alternativas para enfrentar os obstáculos da burocracia é contar com saídas tecnológicas e informatizadas. André Pepitone, além de grande apaixonado pelo setor energético, também defende o uso das novas tendências modernas para facilitar o contato entre a Agência e o consumidor. “Aqui na Aneel, nós lançamos um aplicativo para facilitar o acesso do cidadão às faturas de energia e às demandas solicitadas por ele, permitindo que ele registre sua percepção sobre a qualidade desses serviços.”

PALAVRA DO GESTOR

“Se você quiser mostrar serviço, mostrar qualidade você tem que ousar, mesmo com as amarras burocráticas que temos. Ao ousar você corre um risco muito grande, porque ao mesmo tempo que você tem compromisso em atender as demandas da sociedade, que são elevadas, você tem um bunker de controle apontado para você; então toda vez que você ousar é preciso justificar para essas pessoas. É preciso saber ousar e transitar nesse ambiente. [...] Se você quer ter uma carreira tranquila, sem ter maiores problemas na sua gestão, você senta à sua mesa, espera os anos passarem, não contribui pra sociedade e não serve o seu país. Caso contrário, é preciso estar disposto a ousar e ser sempre transparente.”

(PEPITONE, André)



**A ATUAÇÃO DE UM
GESTOR PÚBLICO
VAI MUITO ALÉM
DAS DIFICULDADES
E QUESTÕES
POLÍTICAS**



EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

(Presidente do INSS)

Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social (PFE/INSS) e ocupa desde maio desse ano a cadeira de Presidente do INSS. Formado em Direito pela Universidade UniCeub (DF) já está no serviço público a 34 anos, tendo passado pelos cargos de Procurador-Chefe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Subprocurador-Chefe do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), chefe de gabinete do Vice Advogado-Geral da União e integrante da Comissão de Ética da Advocacia Geral da União (AGU). No IPEA, também foi escolhido como Presidente da Comissão de Ética. (ASCOM/INSS)



PREVIDÊNCIA SOCIAL



Divulgação

ANDRÉ PEPITONE E ANEEL

Com a vida profissional majoritariamente galgada nos corredores e salas da Agência Nacional de Energia Elétrica, André Pepitone se diz “completamente realizado profissionalmente”. O sonho de trabalhar na ANEEL foi conquistado com muita dedicação e muita força de vontade. Mesmo com o cancelamento do concurso em 2000, o ainda recém-funcionário temporário da Agência não mediu esforços para continuar galgando novos cargos até chegar onde está hoje: Diretor-Geral da ANEEL.

Entrou na agência como engenheiro júnior, ocupou diversos cargos pertinentes à sua formação e foi alçado à diretoria em 2010, onde cumpriu dois mandatos no cargo de diretor. Empossado em 15 de agosto de 2018, o mais novo diretor-geral orgulha-se ao dizer que é o primeiro servidor de carreira da agência a ocupar o mais alto cargo. No olhar, a certeza de que sua escolha ao fazer a seleção pública em 1999, ainda como engenheiro recém-formado, foi acertada e lhe trouxe muito

mais do que um cargo, mas a tão sonhada possibilidade de servir ao Brasil, em um órgão de extrema importância como a ANEEL, afinal o desenvolvimento de um país passa pela energia e sua geração.

Ainda com pouco tempo de gestão enquanto diretor-geral, André Pepitone já tem em mente quais os seus maiores desafios. “Nós precisamos trabalhar para avançar na segurança do abastecimento de energia e sobretudo de controlar as tarifas, que estão muito além das condições de pagamento dos brasileiros. Comecei meu mandato aqui na presidência há pouco mais de dois meses, mas já estamos trabalhando com afinco para buscar soluções para enfrentar esses obstáculos, atuando nas ineficiências dos sistemas sem precisar aumentar as tarifas.”



Aplicativo da Aneel facilita o acesso do cidadão às faturas de energia e às demandas solicitadas, permitindo que o cliente registre sua percepção sobre a qualidade desses serviços.

Quem é José Ricardo Botelho?

O baiano José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz é formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador, pós-graduado em Ciências Criminais pela Universidade Jorge Amado e em Gestão da Segurança Pública pela Academia Nacional de Polícia. Possui também graduação pela FBI National Academy (EUA) e NEI/FBI (National Executive Institute-FBI). Ainda garoto, teve como maior exemplo de serviço público o próprio pai, que trabalhava na Petrobrás. O atual diretor presidente da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil - lembra com carinho e saudosismo a relação com o progenitor que ensinou ao filho o significado de servir à sociedade. “Muitas vezes não o via pela manhã, quando saía, porque era muito cedo, nem à noite, quando chegava, porque era tarde. Mas ele passava no meu quarto para dar um nó no lençol e assim, quando acordava pela madrugada, sabia que ele tinha estado lá e isso me confortava. Mesmo assim, com todo sacrifício familiar, quando visitávamos a companhia em datas festivas, ele me dizia com orgulho que ali o Brasil era transformado em prosperidade para milhões e que, dali, tirávamos o sustento e o estudo da família. Foi assim que aprendi que valia a pena.”

A postura de José Ricardo é resumida em: “Humanidade, seriedade e moralidade”.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Atuou como Assessor do Ministro da Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e, em seguida, tornou-se Chefe de Gabinete e Coordenador-Geral de Polícia Criminal Internacional, onde coordenou as atividades da INTERPOL no Brasil além dos acordos internacionais e cooperação jurídica da Polícia Federal. Também coordenou as adidâncias (representação de um órgão público em outro país) da PF pelo mundo.



Divulgação

“Acredito que o gestor é apenas um maestro para que importantes e variados instrumentos possam ser tocados em uma orquestra, em uma grande sinfonia.”

Ainda na área de segurança, foi Secretário Nacional de Segurança para Grandes Eventos, cuja responsabilidade era a elaboração do plano de segurança e orçamentário do Brasil para eventos como a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016).



Sua carreira também é pautada em diversas experiências internacionais, dentre elas a atuação na Delegação Diplomática Brasileira na ICAO (International Civil Aviation Organization) em Montreal (Canadá). Participou diretamente dos assuntos relacionados à Facilitação e à Segurança, em especial nas mudanças do texto da Convenção de Tóquio e assuntos do IFSO (In Flight Security Officer), PKD (Public Key Directory), API (Advanced Passenger Information) e AVSEC, todos visando o fortalecimento da Aviação Civil.

Entrou para a ANAC em 2015 e no ano seguinte foi indicado e empossado como Diretor-Presidente da Agência. Atualmente, está se preparando para iniciar o Master Business Administration in Aviation na Embry-Riddle Aeronautical University.

O GESTOR PÚBLICO

Com 20 anos de atuação no serviço público, Botelho afirma ter podido conhecer os extremos do Brasil e por cada um desses lugares extrair novas experiências que o transformaram no gestor de hoje. Seu começo no Nordeste brasileiro certamente lhe proporcionou um aprendizado para toda a vida pessoal e profissional. “Nesta região – que o Brasil muitas vezes não conhece e corriqueiramente é afetada pela seca – é maravilhoso ver, nos projetos do Vale do São Francisco (pesquisa e empreendedorismo), o milagre da vida que a irrigação é capaz de fazer, como uma das maiores produções de vinhos e frutas tropicais do mundo.”

Esse olhar sensível de José Ricardo é uma das características mais fortes enquanto gestor. Sempre considerando suas experiências de gestão não só da agência, mas também das pessoas que o cercam, o presidente sabe a importância de gerir os que o cercam de maneira cada vez mais humana. “Vejo que o gestor precisa dar o seu melhor e transmitir isso à equipe com a qual trabalha. Precisa profissionalizar e humanizar a gestão, pois já não há mais espaço para o chefe ‘comando e controle’. Há sim, que liderar pelo exemplo, pela boa conduta, ouvindo, aprendendo e trocando ideias.”

Com muita modéstia em suas palavras, José Botelho é um gestor que procura atender as demandas que lhes são apresentadas sempre prezando pela

eficiência e eficácia das suas ações. “Creio que sou apenas um instrumento para que tenhamos uma aviação segura e em constante desenvolvimento.”

POLÍTICA E GESTÃO

Apesar de acreditar que política e gestão pública andam unidas, José Ricardo Botelho é enfático ao afirmar: “É preciso entendê-las e defendê-las [As agências reguladoras] como bases do desenvolvimento, e sua independência significa que pertencem ao Estado Brasileiro e não aos governos.”. Essa postura deve-se, principalmente, pela defesa feita por Botelho em razão do Direito das Agências que ainda é pouco conhecido e até mesmo considerado no Brasil, diferente de outros países, como os Estados Unidos da América. Um assunto que ainda precisa ser amplamente discutido não apenas dentro dos portões das agências, mas com a sociedade em geral. “É sempre importante esclarecer a importância do mundo regulatório e suas características especiais, como Análise de Impacto Regulatório e Análise Econômica do Direito. É fundamental entender o equilíbrio entre a Constituição e o Direito do Consumidor, levando-se em conta o princípio econômico (como manda o próprio Código de Defesa do Consumidor- CDC) para que tenhamos desenvolvimento.”

A postura do diretor presidente também é esperançosa com o futuro do Brasil, afinal ele acredita que algumas mudanças precisam ocorrer para que o país se desenvolva de maneira efetiva e se equipare com países em desenvolvimento. “Vejo com bons olhos o que aparece em nosso horizonte porque falamos de abertura de mercado: veja que o Brasil tem uma lei de 1966 que restringe o investimento no setor aéreo e que já não faz mais sentido. Mais restritivos que nós, apenas Haiti, Venezuela, Arábia Saudita e Etiópia. São conceitos que creio que serão internalizados no país.”

PALAVRA DO GESTOR

“Ser servidor é se preocupar com o que de melhor podemos entregar à sociedade. Não apenas se preocupar com você, mas com milhares e milhões. Buscamos muito isso na ANAC hoje: uma regulação inteligente, moderna, que permita a competição em benefício da sociedade. [...] E podemos muito mais. Já transportamos de avião o equivalente a 70% do total das pessoas em viagem interestaduais de longa distâncias no país, com segurança, diminuindo tempo, percursos e unindo pessoas. Pare no portão de chegada de um aeroporto e você verá a alegria das pessoas se reencontrando. Fácil é perceber, com a baixa na tarifa de entrada, a quantidade de pessoas mais simples que passaram a usar o aeroporto. Enfim, é uma atividade que envolve os conhecimentos que adquiri durante minha carreira e que ainda me permite crescer como profissional, cidadão e ser humano.”

(BOTELHO, José Ricardo)

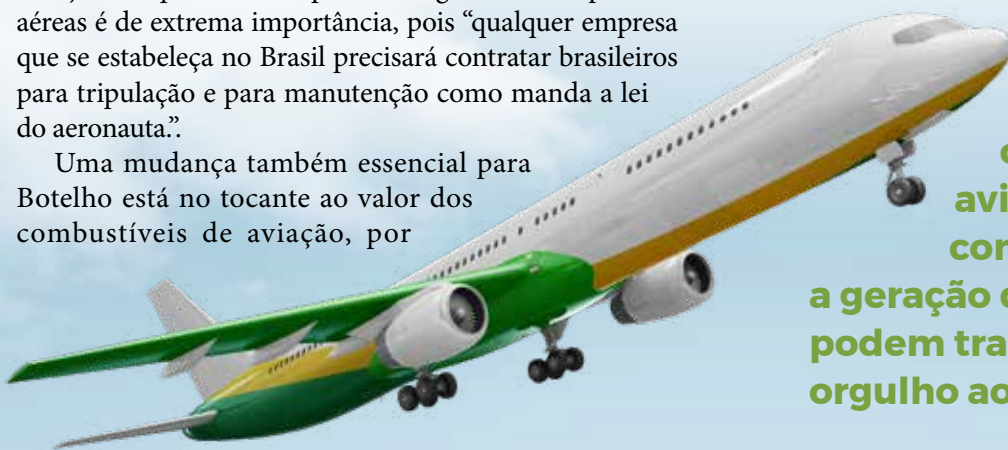




Com a ideia de abertura de mercado, Botelho segue firme na defesa também da expansão da infraestrutura na aviação brasileira, através do aumento de concessões, além de maior geração de empregos. Em um cenário em que o número de desempregados no Brasil passa dos 12 milhões, a votação das questões de capital estrangeiro em companhias aéreas é de extrema importância, pois “qualquer empresa que se estabeleça no Brasil precisará contratar brasileiros para tripulação e para manutenção como manda a lei do aeronauta.”

Uma mudança também essencial para Botelho está no tocante ao valor dos combustíveis de aviação, por

“Temos um dos combustíveis de aviação mais caros do mundo. Se conseguirmos diminuir sua tributação, o futuro da aviação civil e sua contribuição para a geração de empregos podem trazer ainda mais orgulho aos brasileiros.”



ILAN GOLDFAJN

(Presidente do BCB)

Bacharel e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e PUC Rio de Janeiro, respectivamente, o israelense de 52 anos é o atual presidente do Banco Central do Brasil – BCB.

Além das experiências no setor privado, Ilan também foi, em 1996, economista do Fundo Monetário Internacional – FMI; atuou como consultor de organizações internacionais como o Banco Mundial, FMI e Nações Unidas, em 1996. Em 2000 tornou-se Diretor de Política Econômica do BCB, onde ficou até 2003; ocupou o cargo de Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças - IEPE – de 2006 a 2009 e Diretor do Centro de Debates sobre Políticas Públicas entre 2013 e 2016

Em janeiro desse ano foi considerado pela Revista Britânica “The Banker” como o melhor banqueiro central do mundo. (ASCOM/BCB)



Divulgação



conta da sua tributação. “Temos um dos combustíveis de aviação mais caros do mundo. Ou seja, se conseguirmos implementar tais medidas, o futuro da aviação civil e sua contribuição para a geração de empregos podem trazer ainda mais orgulho aos brasileiros.”

Posicionar-se acerca dessas questões e também lutar diariamente para que todas sejam colocadas em prática o mais breve possível são ações inerentes ao cargo de gestor público, mas não significa que sejam mais simples. “São muitas pedras no caminho (como diria Carlos Drummond de Andrade) mas vale a pena o esforço para superá-las.”

JOSÉ RICARDO E A ANAC

José Ricardo começou seu trabalho na ANAC em 1º de setembro de 2015 como diretor, assumindo interinamente a presidência em março de 2016 em decorrência do término do mandato do então presidente Marcelo Pacheco dos Guaranys. Vinte e quatro dias depois, em 13/04/2016, depois de assumir o cargo, por decreto assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff, Botelho foi empossado como Diretor-Presidente da Agência, mandato que deverá cumprir até o dia 19 de março de 2020. “Tem sido um grande prazer [presidir a ANAC], sobretudo pelo profissionalismo e seriedade com as quais a ANAC cuida da segurança e da vida das pessoas (Safety and Security).”

Mantendo uma relação cordial e permeada por diálogo com os colegas de trabalho, Botelho não economiza elogios aos membros da Agência. “Conto com um colegiado de diretores unido e profissional e servidores comprometidos com o que fazem e que amam a aviação.”

Por estar rodeado por profissionais qualificados e dispostos a trabalhar por uma aviação cada vez mais eficiente, o gestor busca apoiar-se em um pilar sólido de administração com os servidores e diretores: “Meritocracia, transparência e proximidade.” Já externamente, procura manter essa mesma relação próxima do regulado, garantindo “seriedade, moralidade e tranquilidade econômica ao mercado com o propósito de desenvolver a aviação do Brasil.”

Todo o esforço e trabalho desenvolvido tem dado bons frutos à ANAC. Segundo o próprio presidente, em uma análise feita pelo Tribunal de Contas da União - TCU - sobre gestão de cerca de 500 agências e instituições “a ANAC ficou em décima colocada. Em auditoria internacional realizada pela ICAO, ficamos entre os cinco melhores no ranking mundial no que se refere à segurança de aviação.”

SUELY ARAÚJO

(Presidente do IBAMA)

Formada em Direito (UniCeub) e Arquitetura e Urbanismo (UnB), Suely Araujo também é doutora em Ciências Política pela Unb. Atuante desde 1991 na consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, a carreira da doutora sempre foi pautada em assuntos ligados ao meio ambiente, direito ambiental, urbanismo e direito urbanístico. Recebeu menção honrosa do Prêmio Capes pela tese de doutorado: “Política ambiental no Brasil no período de 1992/2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom.”. Empossada no dia 03 de junho de 2016 como presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Dr^a Suely também trabalha como professora voluntária da Universidade de Brasília nos cursos de graduação em Ciência Política e Gestão de Políticas Públicas. Já publicou estudos sobre Licenciamento Ambiental, Política Nacional de Resíduos Sólidos e Proteção à Biodiversidade, entre outros. (ASCOM/IBAMA)





Quem é Maria Inês Fini?

Maria Inês Fini nasceu em 1948, na cidade de Pirangi (SP). Educadora por formação, é doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, onde também fundou a Escola de Educação e atuou de 1972 a 1996 como docente, pesquisadora, bem como funções administrativas e de representação. Criadora e responsável pela implementação do Exame Nacional do Ensino Médio, que é hoje o maior responsável pelo ingresso de alunos concluintes do segundo grau nas Universidades públicas e particulares de todo o Brasil, Maria a atual presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Sua maior paixão: a educação. Sua auto definição: “Professora.”

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

O curriculum de Maria Inês é longo e conta com experiências nas prefeituras e secretarias de educação, além da Reitoria da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Diretoria da F&F Educare; membro do Conselho Editorial da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (CESGRANRIO), consultora da Fundação Roberto Marinho, da Abril Educação em 2014 e 2015; Diretora Pedagógica do Grupo SLMandic, Campinas (SP), de 2012 a 2014. Foi Coordenadora do Comitê Deliberativo do Observatório da Educação da FEAC de Campinas desde 2013 até 2016. Foi membro do Conselho de Responsabilidade Social da FIESP e Consultora ad-hoc da FAPESP e do Banco Mundial. A escolha pelo magistério, a princípio, foi apenas uma imposição social, já que, àquela época, as mulheres da família apenas poderiam seguir essa carreira, o que não diminuía a honra e valor social da profissão. Durante a formação de professores, Maria Inês afirma que sua postura em relação ao magistério mudou a partir de um dos estágios que realizou sob supervisão de uma professora de didática da Escola de Professores. “No curso de formação você imagina que os seus alunos são os personagens dos livros e de repente quando

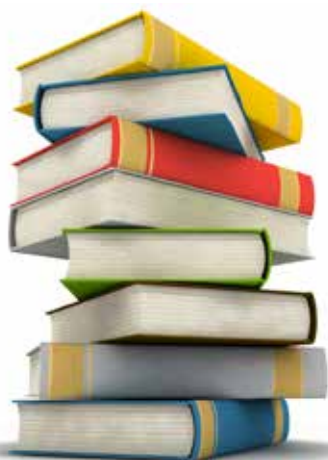


Divulgação

“ Eu desejo que o ENEM não acabe e que outras centenas de milhares de jovens ainda possam se valer desse exame para realizar os seus sonhos.”.

eu me vi no Estágio Regência, onde eu tinha que ficar uma semana com alunos reais, eu tive que me reprogramar para poder atender esses alunos dentro das situações ideais que nós criamos na teoria, com todo o contato e desafio que a interação com aquelas crianças me proporcionava. E essa professora foi magnífica. Ali eu me apaixonei pelo magistério.”.

Logo após essa experiência, a recém-formada professora confirmou, então, que a escolha pela educação não tinha sido apenas por obrigação familiar, mas por uma paixão pela arte de ensinar há tempos escondida. Formou-se em Pedagogia pela PUC Campinas, especializou-se em Pedagogia Industrial, fez mestrado em Filosofia da educação e tornou-se Doutora em Psicologia Social pela UNICAMP. Como estar em sala de aula ainda não era o suficiente, Maria



A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO NÃO FOI APENAS POR OBRIGAÇÃO FAMILIAR, MAS POR UMA PAIXÃO PELA ARTE DE ENSINAR HÁ TEMPOS ESCONDIDA

Inês passou a desenhar planos e projetos que pudessem melhorar ainda mais a educação no Brasil e já indicava que não seria somente educadora, mas sim uma gestora. “Eu fui colocada em várias situações de desafio e isso ao invés de me amedrontar, fez com que eu me apaixonasse cada vez mais por essa carreira.”

A GESTORA PÚBLICA

Gestora desde sempre, a Professora Doutora tem nas suas linhas curriculares passagens pela gestão educacional dentro e fora da academia. Mas foi em 1996 que Maria Inês entrou de vez na gestão pública, exatamente no instituto no qual hoje é Presidente, o INEP. Durante seis anos a então Diretora de Avaliação para Certificação de Competências desenvolveu projetos de suma importância para a educação no Brasil. Idealizou, criou e implantou o ENEM e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA – que tem como objetivo incentivar que pessoas de todas as idades tenham uma avaliação objetiva de suas habilidades e saberes.

Daí pra frente, Fini seguiu coordenando outros projetos de sistemas de avaliação em larga escala em São Paulo e ainda ocupou cargos nos quais trabalhou com políticas públicas



Divulgação

JOSÉ RICARDO DE SANTANA

(Diretor de Cooperação Institucional do CNPq)

O economista formado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), José Ricardo de Santana é mestre em Economia Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutor em Economia de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Foi empossado novo diretor de Cooperação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - no dia 04 de maio de 2017.

José Ricardo foi Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) por 9 anos, de 2007 a 2016. A diretoria que José Ricardo assume coordena as cooperações nacionais, incluindo as parcerias com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, os programas de iniciação científica e tecnológica, e os INCTs. (ASCOM/CNPq)

que facilitavam os processos de aprendizagem e formação dos milhares de alunos espalhados pelo país. “Eu não passei por todo esse caminho sozinha. Costumo dizer que eu tenho tido a sorte de estar cercada por grandes educadores e gestores que me permitiram fazer aquilo que me encanta, aquilo que me obriga a estudar cada vez mais e me aperfeiçoar cada vez mais. Confiaram a mim grandes projetos e permitiram que eu fizesse aquilo que eu sou apaixonada.”



PALAVRA DA GESTORA

“Eu tenho a ousadia de dizer que não falta dinheiro para a educação; falta gestão. Por muitos anos nós acreditamos que a gestão era basicamente administrar um orçamento, tal como era recebido, ou os recursos físicos que se dispunha. Hoje, a gestão é vista como uma estratégia. E pra ter estratégia é preciso ter conhecimento e essa ambição de mudança. Eu acredito que a falácia da educação está na gestão e a solução para a educação está na gestão. [...] E eu espero poder contribuir cada vez mais com as políticas de avaliação educacional desde a formação dos professores. O INEP está muito bem aparelhado e sabe fazer com galhardia o seu trabalho; esse é o momento de ajudarmos a escola brasileira no seu dia-a-dia. Esse é o horizonte que mais me encanta a partir de agora.”

(FINI, Maria Inês)

POLÍTICA E GESTÃO

A política permeia a vida e a atuação dos gestores públicos, andando sempre de mãos dadas com a funcionalidade da gestão. Não há como negar as interferências políticas que ocorrem a cada transição governamental, não importando as questões partidárias e ideológicas. A tendência é que a cada troca de governos, a música seja igualmente trocada e os gestores tem o desafio de adaptar-se a essa nova dança. E não é diferente para Maria Inês.

“Eu acho que o INEP como um todo vai precisar lidar com as mudanças com muita bravura. Nós aumentamos exponencialmente os serviços prestados à população e estamos inseridos em quase todas as políticas educacionais no Brasil. É um trabalho muito importante e complexo e mesmo com a perda de tantos funcionários e de orçamento nos últimos anos, nós permanecemos sendo sinônimo de evidências e levantamento do que acontece nas escolas de

todo o país. Esse trabalho pela educação tem que ser prioridade de todo gestor político.”

Mas não são apenas fatores políticos que interferem na administração de um

O INEP É, NO BRASIL, O INSTITUTO QUE SUBSIDIA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS QUE VISAM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS



órgão público. Uma das grandes dificuldades de um gestor é conseguir estabelecer dentro das instituições seus padrões e implantar normas e práticas desenvolvidas ao longo das suas experiências pessoais e profissionais. Assumir um cargo de gestão requer unir, sabiamente, a expertise adquirida durante a vida e a cultura já estabelecida no local. Prática que Maria Inês desenvolve com maestria, levando sempre em conta suas histórias no período de educadora da UNICAMP.

“Eu sempre penso na minha experiência como desbravadora da faculdade de educação da Unicamp. Éramos cinco professores altamente idealistas e mais um reitor maravilhoso que era o Zeferino Vaz. Nós tínhamos condições de fazer o trabalho. É completamente diferente de entrar em Instituição com uma história já pronta.”

Mesmo já tendo integrado o quadro de funcionários do Instituto, a atual presidente não esquiva das tradições que foram

arraigadas ao longo dos 81 anos de existência do INEP. “A primeira coisa que eu precisei fazer foi compreender a cultura do lugar e das pessoas, como também o que falta na vida e na rotina delas. Esse é o maior desafio do gestor. Adaptar-se e fazer sempre um bom trabalho.

LEONARDO EULER DE MORAIS

(Presidente da Anatel)

Leonardo Euler é formado em Ciências Econômicas e possui mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), onde já atuou como professor de Introdução à Economia. Passou no concurso de analista da Eletronorte. É servidor de carreira da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) desde 2005, quando foi aprovado no primeiro concurso público realizado pela Agência. Na Agência foi assessor de conselheiros, gerente de Acompanhamento Econômico da Prestação e chefe da Assessoria Técnica. O Presidente da República, Michel Temer, nomeou o conselheiro Leonardo Euler de Moraes para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Anatel no dia 05 de novembro de 2018 (data da publicação no Diário Oficial da União - DOU), com mandato até 4 de novembro de 2021. Leonardo é o primeiro servidor de carreira da Agência a ser nomeado presidente.

Divulgação





MARIA INÊS FINI E O INEP

Após sua saída do INEP em 2002, Maria Inês Fini retornou à autarquia como presidente indicada pelo então Chefe do Executivo Michel Temer. Em meio à crise educacional no país, a professora afirma que as crianças e jovens não recebem ainda uma educação à altura daquilo que elas merecem, mas que ainda há solução. “Eu acho que nós temos que ter um bom gestor da sala de aula, um gestor da aprendizagem do aluno. Alguém que se comprometa com

Suami Dias/ GOVBA



No ano de 2018, o ENEM teve mais de cinco milhões de inscrições

o projeto pedagógico. Uma pessoa que não ocupe apenas um cargo político, mas que tenha sensibilidade e conhecimento do que é gestão.”

O INEP é, no Brasil, o Instituto que subsidia as políticas educacionais que visam o desenvolvimento social e econômico do país. Ser presidente da autarquia traz consigo a responsabilidade de lidar com o futuro de todos os estudantes e pensar sempre em formas de melhorar a sala de aula, o acesso a cursos profissionalizantes e posteriormente ao mercado de trabalho. Foi pensando em aprimorar o ingresso de alunos na Universidade que a educadora criou e implementou o ENEM.

No ano de 2018, o exame teve mais de cinco milhões de inscrições e é considerado pelos estudantes de ensino médio a porta de entrada para a graduação. Provas iguais aplicadas em todo o território brasileiro, que exigem conhecimento teórico e técnico dos alunos para ingresso em 128 universidades e institutos dos 27 estados e do Distrito Federal.

Emocionada, a responsável pela elaboração da matriz do ENEM, sente-se orgulhosa em ver tantos jovens e adultos atingindo sucesso em suas carreiras profissionais através do projeto que nasceu das ideias da professora apaixonada. “São histórias de vida de muita realização pessoal que a minha obrigação profissional ajudou a pôr em prática.” ●

JOSÉ DA SILVA TIAGO

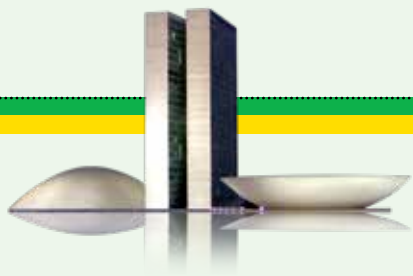
(Diretor-geral do DNIT)

Engenheiro Civil graduado pela Universidade Federal de Mato Grosso, José da Silva Tiago, atua na área desde 1973, tendo antes atuado como professor universitário. Como engenheiro, trabalhou nos setores público e privado, ingressou no extinto DNER como estagiário e alçou novos e grandes cargo como Chefe da Seção de Laboratório do Serviço de Planejamento, Chefe do Serviço de Obras, Chefe do Serviço de Administração e Finanças, Diretor Geral do DER/MT, Chefe do DNER/MT, Superintendente Regional do DNIT no Estado do Mato Grosso, Assessor do Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT, Gerente de Projetos da Diretoria Geral do DNIT, Coordenador-Geral de Cadastro e Licitações do DNIT; Superintendente Regional no Estado do Paraná. No dia 15 de agosto de 2018

Divulgação



tomou posse como Diretor-Geral do DNIT, casa onde é servidor de carreira. (ASCOM/DNIT)



POLÍTICA E PODER

● DIAS TÓFFOLI DIZ QUE O FUTURO PRESIDENTE DEVE RESPEITAR A CONSTITUIÇÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Tóffoli, disse após votação do 2o turno que o futuro presidente da República terá como primeiro ato jurar a Constituição Federal. Tóffoli falou ainda que “é importante que se cumpra o artigo 3o”, que constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre os principais deveres do chefe de Estado, segundo o artigo mencionado pelo ministro, está a construção de uma sociedade justa e igualitária; combate ao preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; além de garantir o desenvolvimento nacional e implantar políticas públicas de erradicação da pobreza e da marginalização. O presidente do STF disse ainda “que o futuro presidente da república deve respeitar as instituições, a democracia e a oposição que se formará”.

Arquivo/Agência Brasil



● AUMENTO PARA OS MINISTROS DO STF DEVE IMPACTAR ORÇAMENTO EM R\$ 6 BI

Com 41 votos favoráveis e 16 contrários, o Senado aprovou no último dia 7 os Projetos de Lei da Câmara PLC 27/2016 e PLC 28/2016 que reajusta o salário dos ministros do STF e do Procurador-Geral da República de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O texto precisa ser sancionado pelo presidente Michel Temer. O reajuste pode causar um efeito cascata nas contas nacionais, isso porque o funcionalismo público brasileiro tem como teto o salário pago aos membros da Suprema Corte. Cálculos preliminares de consultores do Senado dão conta de um custo adicional de 6 bilhões aos cofres públicos. O relator da proposta, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), foi a favor do aumento e disse que há um compromisso do presidente do STF, ministro Dias Tóffoli, de “extinguir o auxílio moradia hoje pago aos membros do poder judiciário”, o que diminuiria o impacto gerado pela aprovação da matéria.

José Cruz/Agência Brasil



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



● TRANSIÇÃO DE GOVERNO DEVE SER “CIVILIZADA”

O presidente Michel Temer disse que vai transmitir informações detalhadas para o seu sucessor, Jair Bolsonaro, antes do término de seu mandato. “Estamos fazendo uma transição civilizada e determinada. Temos dois meses para cumprir essa transição”, afirmou Temer durante a abertura do Salão do Automóvel, em São Paulo no último dia 8. No dia anterior, Temer e Bolsonaro se encontraram em Brasília. Na ocasião, o atual presidente entregou um livro com um balanço das ações realizadas por sua gestão a Bolsonaro. Michel Temer afirmou que está fazendo o que gostaria que tivesse sido feito quando assumiu definitivamente o governo federal após o impedimento de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. Na época a equipe de governo do então presidente teria encontrado os computadores com informações apagadas.



Por trás da toga, uma mulher

Atoga é uma vestimenta talar que existe há séculos; ela foi utilizada na Roma Antiga há mais de dois mil anos; e até hoje continua em pleno uso pelo mundo afora, especialmente no Brasil, ela é usada com destaque pela área jurídica, pela área religiosa e pelos acadêmicos universitários. No meio universitário e no âmbito de advogados que atuam em Tribunais Superiores, a toga é chamada de beca. Há uma simbologia que essa vestimenta tem significado de poder, elegância, dignidade de conhecimento e diferenciação social; ela dá um tom de altivez e enobrece a pessoa que se veste com ela. É tal qual um verdadeiro manto sagrado.

Magistrados, clérigos e acadêmicos formandos em momentos de gala, fazem destaque dentre as classes sociais. Esse tipo de vestimenta faz distinção dentre os demais cidadãos; ou pela sabedoria jurídica, ou pelo símbolo de confissão de fé religiosa, ou pelo grau conquistado pelo formando de um curso universitário. O charme imposto pelo usuário é natural e o respeito é imperativo a esse detentor de uma grande responsabilidade perante a sociedade.

Os formandos universitários em solenidades de formaturas, além da roupa especial, chegam ao êxtase pela conquista do título; fazem o juramento e tomam consciência do dever profissional, para o exercício da profissão com honestidade. Os clérigos fazem votos perante Deus, para recuperação de pessoas desviadas da fé e dedicam-se ao incansável trabalho de salvamento de almas.

Os magistrados são investidos nos cargos de juízes, agentes de aplicação da lei, tornam-se julgadores com imparcialidade e o verdadeiro senso de justiça; são julgadores que à luz do direito e baseados em provas materiais ou testemunhais prolatam sentenças em processos judiciais.

O direito é uma fonte de ensinamentos que disciplina as relações sociais e garante o equilíbrio entre demandantes, por conflitos, delitos, crimes ou descumprimentos contratuais. O direito é o exercício da liberdade; é o limite individual e o estabelecimento do respeito ao indivíduo ou

à coletividade. A violação do direito é infração e motivo para demanda judicial.

A tarefa de um juiz em qualquer grau ou instância, requer o conhecimento e o domínio da lei, da doutrina e da jurisprudência; o Juiz age na conformidade da Lei Complementar nº 37/1979 (Lei da Magistratura) e inspirado pela Carta Magna (Constituição do Brasil/1988); e pautado nos códigos, especialmente o Código Civil e o Código Penal; e todos os princípios fundamentais que sustentam o mundo jurídico.

O julgador pode ser um homem ou uma mulher.

Quando é um homem, parece ser um protótipo inusitado, carrancudo, duro nas palavras e firme na decisão; com olhar irrequieto e semblante fechado; imune aos sentimentos das partes; capaz de ouvir queixas e protestos, mas sem se deixar levar por apelos dos reclamantes; ao mesmo tempo competente para agir com serenidade na forma da lei.

Quando a figura do julgador é uma mulher, essa mulher se veste com o pálio da justiça, e mantém os seus traços de feminilidade e fragilidade de forma discreta, cedendo lugar à força jurídica que representa; a mulher magistrada vestida

com a toga magistral, exerce na plenitude o exercício da magistratura, e é regularmente auxiliada por um serventuário da justiça, que se identifica com uma pelerine sobre os ombros. A postura da Juíza faz imprimir o respeito e a reverência dos cidadãos, independentemente da figura corporal.

O exercício judicial da magistrada é imponente; e exprime a força e rigidez da judicante, que na missão sublime de julgadora, sobrepõe-se aos cidadãos comuns. Isso faz reminiscência ao princípio jurídico: dura lex sed lex (expressão do latim que significa: a lei é dura, porém é a lei); e sempre atenta ao fumes boni iuris (fumaça do bom direito); e de alerta com o periculum in mora (perigo na demora).

A juíza é excelente na sua missão e meritíssima na atuação; e segue a inspiração da deusa grega Thêmis (deusa da justiça), com os símbolos da espada e da balança, e os olhos vendados, para que todas as decisões sejam acertadas;

“Magistrados, clérigos e acadêmicos formandos em momentos de gala, fazem destaque dentre as classes sociais”

mantendo o sentimento da verdade, da equidade e da humanidade. No campo forense, a mulher vestida na toga, age com firmeza e independência; encara as mais diversas situações, e em nome da lei, julga com todo o rigor, com a imparcialidade e supremacia, abstraindo-se de paixões ou sentimentos das partes. Ninguém está acima da lei. A lei é para todos.

Certo dia ouvi dois homens conversando, e um disse para o outro: “Juiz não tem coração, não tem pulmão, não tem mãe, não tem filho; não tem compaixão e não conhece a palavra perdão. Juiz não tem sentimento, não tem alma, parece um deus; prende, solta; condena, absolve e sempre está com a razão”. Observei a conversa mas não entendi o porquê da atitude e das palavras rebeldes daquele homem. Aproximei-me de ambos e perguntei de quem estavam falando? O homem falante disse que um Juiz o condenou à prestação de serviços à comunidade, por um pequeno delito. Eu disse a ele que a lei é para todos; “a lei é dura, porém é a lei”.

Conheci Juízes de instâncias distintas: primeiro grau (juiz); segundo grau (desembargador); e de terceiro grau

“Magistrados, clérigos e acadêmicos formandos em gala, fazem destaque dentre as classes sociais”

(ministro de Tribunal Superior). Todos os magistrados são cidadãos cheios de dignidade humana, sabedoria jurídica e reputação ilibada; e antes de tudo isso, são pessoas verdadeiramente humanas.

Conheci uma Juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, uma magistrada com muito tempo de serviço e centenas de sentenças prolatadas. Essa magistrada usuária da toga, antes de tudo, é uma mulher, e que depois da atividade forense tem outras atividades; é dona de casa zelosa, é esposa exemplar; é mãe cheia de carinho; e é avó adocicada.

No lar essa mulher esbanja ternura e compreensão, é educadora e paciente com todos da família. O semblante dessa mulher é brilhante e contagiante de alegria; nada parece com aquele perfil da magistrada austera. Diante de tudo isso, examinei a realidade e vi que por trás da toga, existe uma doce e bela mulher.

José Osmar Monte Rocha é contador, auditor, analista de Finanças e Controle do Ministério da Fazenda (aposentado) e professor de várias disciplinas da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Todos os magistrados são cidadãos cheios de dignidade humana, sabedoria jurídica e reputação ilibada; e antes de tudo isso, são pessoas verdadeiramente humanas.



PARLAMENTARES EM AÇÃO: deputados distritais reeleitos falam sobre projetos e objetivos para os próximo quatro anos

Dos 24 deputados que compõem a Câmara Legislativa do Distrito Federal, apenas oito são parlamentares reeleitos pelos brasilienses

Agência de Notícias/CLDF



● **Por Bárbara Mattar**

A última eleição foi marcada por uma participação popular que há muito não se via. Manifestações e cobranças por projetos mais embasados dos candidatos elegíveis foram frequentes nas ruas e nas redes sociais. Ações pautadas na indignação popular com a atual situação política do país.

O resultado de toda essa inflamação foi sentido nas urnas: o maior índice de renovação em todas as casas legislativas desde 1994.

Na Câmara dos Deputados, mais de 40% dos integrantes devem ocupar as cadeiras na

plenária pela primeira vez – 47,37% de novos deputados, segundo a Secretaria – Geral da Mesa (SGM). O maior índice desde a eleição da Assembleia Constituinte em 1986.

No Distrito Federal, essa realidade não foi diferente. Com vinte e quatro deputados constituindo a mesa da Casa, apenas oito foram reeleitos para o mandato de 2019-2022.

Agaciel Maia (PR), Chico Vigilante (PT), Cláudio Abrantes (PDT), Delmasso (PRB), Professor Reginaldo Veras (PDT), Rafael Prudente (MDB), Robério Negreiros (PSD)





e Telam Rufino (PROS) foram os escolhidos pelos eleitores do Distrito Federal para continuarem representando interesses públicos na CLDF.

Elencamos aqui as propostas, opiniões e objetivos de três dos deputados reeleitos, para os próximos anos de atuação. As propostas vão desde uma atenção maior aos serviços básicos como saúde, segurança e esporte até projetos mais específicos para a área

de educação, geração de emprego no DF e políticas de inclusão social.

Chico Vigilante (PT), Professor Reginaldo Veras (PDT) e Robério Negreiros (PSD) falaram também sobre suas visões sobre o atual cenário político e as expectativas para o governo de Ibaneis Rocha (MDB), eleito com 69,79% dos votos válidos como governador do Distrito Federal.

47.37% DOS DEPUTADOS DISTRITAIS ELEITOS VÃO OCUPAR O PLENÁRIO PELA PRIMEIRA VEZ. O MAIOR ÍNDICE DESDE A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE EM 1986.

Chico Vigilante

A escolha pela política deu-se na primeira greve de vigilantes em 1979, durante o então regime militar. Com a necessidade da paralisação, Chico sentiu que precisava representar aqueles trabalhadores da época.

Depois da fundação do PT, o já conhecido Chico Vigilante, tornou-se presidente, em 1983, da primeira direção nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Em 1986 candidatou-se a deputado constituinte, mas a sigla não teve votos suficientes para sua eleição. Foi eleito deputado federal em 1990 e quatro anos depois foi o parlamentar mais bem votado em Brasília. Perdeu as eleições em 1998, mas retornou em 2002 como deputado distrital, cargo que ocupa atualmente.

Ao deparar-se com o baixo número de reeleições da CLDF, Chico Vigilante afirma que sua permanência na casa, deve-se à sua postura ativa e sempre atualizada. “Não tem que mudar só os rostos, mas sim as práticas, tem que reciclar. E eu sempre procurei fazer isso. Isso fez com que, com todo esse desejo de mudança, eu me mantivesse

Divulgação



NOME COMPLETO: Francisco Domingo dos Santos

DATA DE NASCIMENTO: 08/09/1954 (64 anos)

PROFISSÃO: Vigilante

ATUAL OCUPAÇÃO: Deputado Distrital

Eleito com 20.975 votos, Chico Vigilante é filiado ao Partido dos Trabalhadores desde que entrou para a vida política, tendo sido um dos fundadores do partido, que data de 10 de fevereiro de 1980, dia o qual ele determina ser “o mais importante” de sua vida.

aqui e ainda tivesse um aumento de 18% no meu índice de votação.”

Ainda no que toca às mudanças, Chico também já tem sua opinião definida sobre as questões do Executivo Federal. “Nós sabemos que, do ponto de vista nacional, o Brasil mudou para pior. Estamos mergulhados em um momento muito triste e não sabemos onde vamos parar.”

O distrital pretende fazer também um papel de fiscalizador do governo de Ibaneis Rocha, colocando-se como oposição sempre que a situação for contrária aos interesses da população.

“Eu tenho a felicidade de ter sido deputado no Governo Roriz, Cristovam e Agnelo e sempre tive uma posição muito clara: a defesa dos interesses maiores da comunidade. Eu vou continuar me posicionando dessa forma. Criticando o que tem que ser criticado, me opondo ao que precisa de oposição e apoiando aquilo que for bom para o Distrito Federal e eu já deixei isso claro para o governador Ibaneis.”

Na vida pública, Chico Vigilante aprovou mais de 40 projetos de leis que visavam a melhoria da qualidade de vida não somente de trabalhadores,

mas também da comunidade em geral. Aprovou a lei que determina que todos os prédios do DF individualizem seus hidrômetros, a fim de diminuir o desperdício de água e ter mais controle sobre os gastos individuais de cada apartamento. Também aprovou na casa uma lei que determina que os gestores das regiões administrativas, popularmente conhecidas como Cidades Satélites, sejam escolhidos por meio de votação popular para acabar com o que ele chama de “troca de favores entre deputados e administradores”. O objetivo da lei

“É preciso lutar por uma sociedade igualitária. Não dá para uns ter milhões e outros morarem debaixo da ponte. Eu não me conformo com isso.”

é que os administradores passem a ser escolhidos pela comunidade e “ao invés de ter compromisso com quem o indicou, ter com a comunidade”. O projeto foi vetado pelo governador Rodrigo Rollemberg.

Para o próximo mandato, uma de suas bandeiras serão os direitos básicos da população e a aprovação de novas matérias como o Projeto de lei “Escola sem Censura”, lido em plenária no dia 20 de novembro e que já corre em tramitação. “Fala-se hoje em escola sem partido e em questões ideológicas, mas o projeto deles é sobre ideologia. Uma ideologia de direita que quer proibir os professores de desenvolverem a mentalidade das crianças, para que elas saibam o que bem e mal, discriminação e racismo. A sala de aula é um território livre para a criatividade, para o pensamento e ninguém poderá ser recriminado por isso. Está na Constituição.”

Chico Vigilante também está atento ao desenvolvimento do DF. Para ele, a capital federal tem muito potencial, mas ainda precisa melhorar no que tange às novas tecnologias. “É preciso que todos os órgãos do Distrito Federal se modernizem.”

Arquivo/Embratur





Professor Reginaldo Veras

Seu último mandato foi marcado pela constante busca de melhorias na educação e na administração dos recursos públicos. “Encaminhei emendas parlamentares para compra de remédios, reformas de escolas e abri mão das ‘regalias’ concedidas aos parlamentares.”

“
A política faz parte
de mim desde que
nasci, visto que
todo ser social é
um ser político.”

O representante do Partido Democrático Trabalhista foi reeleito com 27.998 votos e acredita que sua reeleição é o reflexo do seu pilar de governo: “independência, coerência, transparência, economicidade, honestidade e aplicação dos recursos públicos nas áreas prioritárias.”

Para os próximos quatro anos, Reginaldo Veras continuará lutando pelas bandeiras da educação de qualidade. “Meus projetos continuarão sendo focados na educação pública e na melhoria da capacidade fiscalizatória em relação às ações do governo.”

Sem experiência na vida política, o governador eleito no DF, Ibaneis Rocha, ainda é politicamente desconhecido não somente para a população, mas também para o parlamentar.



Divulgação

NOME COMPLETO: Reginaldo Veras Coelho

DATA DE NASCIMENTO: 02/01/1973 (45 anos)

PROFISSÃO: Geógrafo

ATUAL OCUPAÇÃO: Deputado Distrital

Na carreira política há apenas cinco anos, o deputado reeleito Professor Reginaldo Veras começou no meio ao perceber a ânsia por representatividade de um grupo de educadores e estudantes.

“Assim como a população do DF, não conheço o Governador. Torço que ele consiga executar pelo menos 40% dos inúmeros compromissos assumidos.” A postura do deputado é firme em relação ao assunto: “serei um deputado independente, mas um fiscalizador implacável.”

A desburocratização do Estado é pauta permanente das casas legislativas

e também um dos focos do deputado, pois ele acredita que com ações de facilitação é possível gerar mais empregos e fazer a economia do país voltar a crescer.

“Com investimentos, desburocratização e vontade política é possível informatizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos, melhorando a eficiência do Estado.”

Robério Negreiros

Divulgação



NOME COMPLETO: Robério Bandeira de Negreiros Filho

DATA DE NASCIMENTO: 07/09/1978 (40 anos)

PROFISSÃO: Bacharel em Direito

ATUAL OCUPAÇÃO: Deputado Distrital

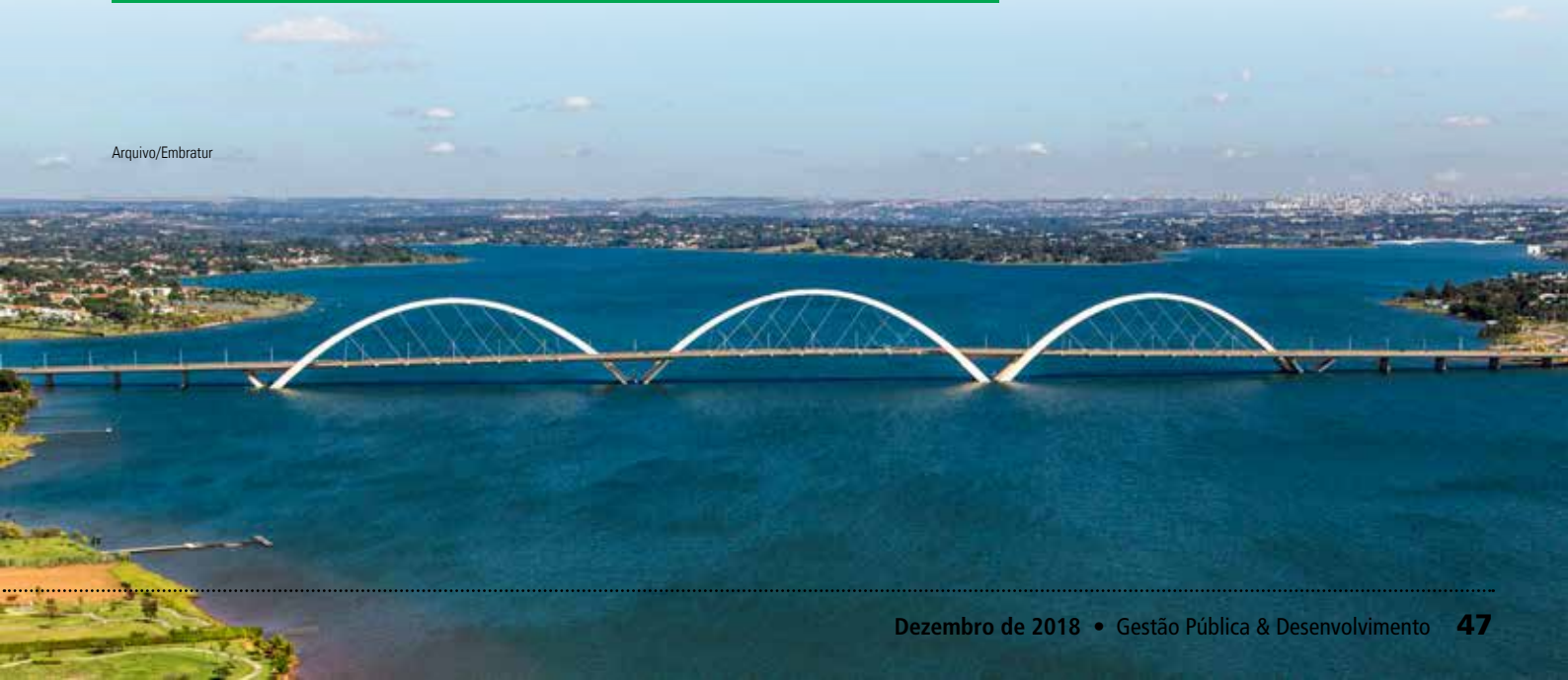
Bacharel em Direito e MBA em Gestão Pública, Robério Negreiros iniciou seus passos na política como assessor parlamentar, mas foi em 2012 que assumiu seu primeiro mandato como deputado distrital. Em 2014 foi reeleito como o mais bem votado da casa. Nas últimas eleições recebeu 18.819 votos no Distrito Federal.

Antes mesmo de disputar eleições, Robério descobriu a vocação como gestor na época em que ocupou a cadeira de dirigente no Sindicato das Empresas de Segurança Privada e na Federação Nacional das Empresas de Segurança. “Vi que a participação política e o desenvolvimento de ideias eram importantes. Resolvi, então, ingressar na vida pública para representar interesses dos cidadãos e de classes sociais que careciam de representatividade.”

Autor de quarenta e cinco leis na CLDF, o deputado já apresentou mais de 330 projetos de lei, com foco em temas como empreendedorismo, geração de emprego e renda, combate à violência contra mulher, inclusão social e projetos para melhoria de vida de pessoas com doenças raras.

A atipicidade das eleições de 2018 foi uma surpresa para o distrital. “A mudança na política ocorreu não só no DF, mas em todo o Brasil. Nomes fortes e esperados foram rejeitados nas urnas. O resultado final do

Arquivo/Embratur





segundo turno para presidente e governador do DF confirmou a mudança.” Para ele, o sentimento da reeleição é de gratidão. “Sinto-me honrado em ter sido reeleito.”

Em se tratando de mudanças no governo do DF, Robério Negreiros acredita em um mandato de renovação de Ibaneis Rocha, mesmo sem a expertise política adquirida com a prática governamental.

“Apesar de não ter experiência no Executivo, o governador tem boas propostas para o Distrito Federal. Acredito na melhora e em novos tempos para nossa cidade.”

E é enfático: “O governador contará com meu apoio no Legislativo, votarei conscientemente os projetos do Poder Executivo propostos na CLDF, como sempre fiz.”

Os projetos pensados para os anos do próximo mandato passam desde assuntos básicos como saúde, educação e segurança até temas mais específicos como projetos para o esporte, empreendedorismo, valorização do contribuinte, gestão no poder, inclusão de pessoas com síndrome de down e proteção da juventude.”

“
**Como 2º Secretário da
Mesa Diretora da Câmara
Legislativa, sempre
trabalhei por uma
gestão de austeridade
e compromisso com
o dinheiro público.
Nossa gestão sempre
foi transparente.**”

Arquivo/Embratur





O Coaching no âmbito do Serviço Público

O Coaching é uma tecnologia que visa a excelência humana. Qualquer pessoa que deseja atingir grandes resultados e alta performance deve se utilizar das poderosas ferramentas do Coaching.

Hoje, no âmbito do Serviço Público, há uma tendência de acomodação por parte do servidor. E digo tendência porque não são todos que se acomodam com a segurança de um cargo público. Eu mesmo vivi isso de certa forma durante 21 anos da minha vida profissional. Para o servidor desmotivado, o Coaching pode fazê-lo descobrir um propósito. Algo que o motive, que o mova, que o desafie! E isso já pode mudar uma vida, um ambiente!

Quantas pessoas estão adoecendo no serviço público, tirando licenças para tratar de doenças que poderiam ser evitadas com uma simples mudança de perspectiva? Simples sim, mas não fácil. No Coaching Integral Sistêmico dizemos que “tudo o que eu foco expande.” Isso quer dizer que se eu foco no negativo, no desânimo, na baixa remuneração, na falta de oportunidade, isso vai crescer dentro de mim e trazer resultados negativos, inclusive para a minha saúde.

Mas, se ao contrário, eu foco no positivo, nas oportunidades, no crescimento, na alegria, na gratidão por estar ali, isso também vai crescer e trazer resultados positivos pra mim. Inclusive promoções podem acontecer pela simples

mudança de perspectiva do negativo para o positivo.

“ Há uma tendência de acomodação por parte do servidor no âmbito do Serviço Público ”

Com certeza, o Coaching trará uma melhora considerável no índice de absenteísmo no Serviço Público. Também trará um aumento no desempenho funcional. Para as lideranças, por exemplo, o Coaching Integral Sistêmico é indicado para desenvolver de forma consistente a Inteligência Emocional, necessária para gestão de pessoas em todos os níveis. Autoconhecimento, autocontrole, automotivação, empatia e liderança são competências emocionais definidas por Daniel Goleman fundamentais a qualquer cargo de liderança. Sem o desenvolvimento dessas competências não há alta performance.

No dia 14 de novembro, o profissional de Coaching foi, merecidamente, homenageado em uma sessão solene na Câmara dos Deputados e eu tive a honra de representar a FEBRACIS – maior instituição de Coaching das Américas – na ocasião. Nós, coaches, temos uma grande responsabilidade de preparar e capacitar as lideranças da nossa nação para darem o seu melhor no exercício da sua função. O Deputado Federal Professor Pacco, que presidiu a Sessão, passou por um processo de Coaching e teve ganhos e resultados que o levaram a uma performance de excelência no seu cargo e na sua vida. Ele disse que o Coaching será fundamental, não só no âmbito do Serviço Público, mas em todas as instâncias da sociedade, passando pela família, empresas, esporte, saúde e educação.

E essa tecnologia que tem transformado vidas pelo Brasil, conquista novos adeptos e agora já está exportando conhecimentos inovadores de Coaching Integral Sistêmico para o mundo, por meio de profissionais de renome internacional, como o PhD Paulo Vieira, presidente da FEBRACIS, que ao longo de duas décadas, já impactou mais de 40 milhões de pessoas pelas nações por meio de livros, vídeos e treinamentos. O Coaching traz uma visão extraordinária de fazer dessa profissão algo ainda maior, com ética, autorresponsabilidade, integridade, ação, excelência e paixão pelas pessoas.

Luiz Paulo Machado é diretor-executivo da Febracis Brasília.





Como a Justiça paulista sentenciou negros e brancos para tráfico

Levantamento inédito da Agência Pública analisou as sentenças de primeiro grau de tráfico de drogas proferidas em 2017; mapa do estado revela a sobrerrepresentação da população negra nas mais de 300 comarcas do Tribunal de Justiça







Banco de imagens / Freepik



● **Por Thiago Domenici e Iuri Barcelos**

Agência Pública

Nos últimos três meses, a Pública fez um levantamento exclusivo em mais de 20 mil sentenças de primeiro grau para tráfico de drogas proferidas em 2017 nas comarcas da justiça estadual de São Paulo. Nas sentenças disponíveis para acesso público online e digitalizadas no Banco de Sentenças do Tribunal de Justiça de São Paulo foi realizada a classificação por raça e cor e por categorias: absolvição, condenação, condenação em parte e desclassificação – quando o réu é acusado de tráfico, mas é condenado apenas por “posse de drogas para consumo pessoal”.

Entre as sentenças analisadas pela reportagem, a comparação entre negros e brancos indica que os magistrados de primeiro grau julgaram a denúncia procedente para condenar 71,5% dos negros e 69,5% dos brancos por tráfico em 2017. Os brancos lideram os casos em que a acusação é desclassificada para “posse de drogas para consumo pessoal”. As desclassificações ocorreram com 6,8% dos brancos e 5% dos negros, uma diferença de quase 35%. Já os negros são proporcionalmente mais absolvidos: 8,3%, enquanto os brancos são 7,5%.

A pesquisa analisou 20.387 sentenças de tráfico de drogas e identificou dados com informações de raça e cor para mais de 22 mil pessoas, sendo 10.955 brancos e 11.259 negros.

USUÁRIO OU TRAFICANTE?

A Lei de Drogas, 11.343, não fixou objetivamente quais quantidades de drogas indicam quem é traficante ou usuário no Brasil. A ausência desse parâmetro é uma das interpretações para o aumento no número de presos por tráfico de drogas desde a chancela da lei criada em 2006.

Segundo dados de 2016 do Departamento Penitenciário Nacional, o maior motivo de encarceramento no Brasil é o tráfico. O crime corresponde a 28% das incidências penais e 64% dos detentos brasileiros são negros.

Isadora Brandão, da Defensoria Pública de São Paulo, que já atuou na área criminal e nas audiências de custódia, avalia que a ausência de parâmetros objetivos para distinguir o traficante do usuário “traz uma

NEGROS ESTÃO SOBERRERREPRESENTADOS NA MAIORIA DAS COMARCAS

Na pesquisa, 49 das 50 comarcas com mais de 100 julgados, por exemplo, indicam que a população negra está sobrerrepresentada na Justiça paulista. Ou seja, para crimes de tráfico de drogas, a proporção de sentenciados negros em relação aos brancos nas comarcas foi maior que a proporção entre negros e brancos nos municípios.

É o caso do município de São Vicente e Santo André, como mostra o gráfico ao lado. Nesse recorte, a comarca de São Vicente tem o maior índice de população negra sentenciada por tráfico. Em Santo

André é onde há maior diferença entre negros no TJ-SP em relação à população local.

“A discriminação indireta se dá a partir do efeito que uma determinada prática institucional gera. Então, a gente pode falar que há racismo institucional independentemente de aferir intenção dos atores institucionais envolvidos numa determinada prática”, afirma Isadora Brandão, a primeira mulher negra a coordenar o Núcleo de Diversidade e Igualdade Racial da Defensoria Pública de São Paulo.

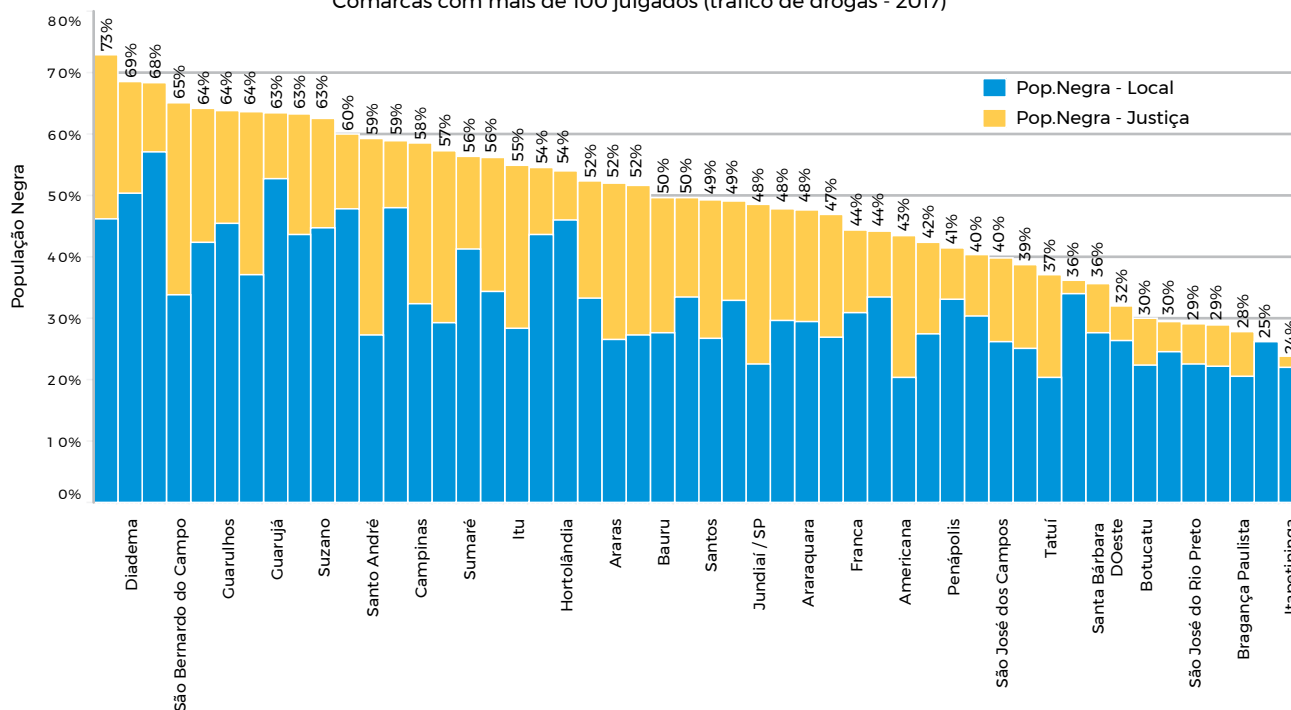
“Esses dados demonstram que

de alguma maneira essas práticas, normas, decisões, ainda que formuladas em termos abstratos, genéricos, ainda que não tenham um discurso discriminatório explícito, acabam servindo para encarcerar de forma prioritária a população negra”, afirma a defensora.

No caso de São Paulo, a população prisional é de 240 mil detentos para 131 mil vagas disponíveis, uma taxa de 183% de ocupação, segundo os dados de 2016 do Departamento Penitenciário Nacional. Em São Paulo, 56% do sistema prisional é composto por negros e 44% por brancos.

Sobrerrepresentação negra na justiça de SP

Comarcas com mais de 100 julgados (tráfico de drogas - 2017)





Valter Campanato/Agência Brasil



O STF vai decidir sobre a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, que define como crime o porte para uso pessoal

margem de discricionariedade que pode gerar injustiças”.

Não à toa, o artigo 28 da lei foi contestado no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Defensoria Pública paulista, que entrou com recurso extraordinário contra a condenação de um réu em Diadema, na Grande São Paulo, que foi flagrado com 3 gramas de maconha dentro da cela onde já cumpria pena por outro crime.

A defesa do réu alegou que o crime de porte de drogas para uso pessoal “ofende o princípio da intimidade e vida privada”, garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal. No recurso argumenta-se que “o porte de drogas para uso próprio não afronta a chamada ‘saúde pública’, mas apenas, e quando muito, a saúde pessoal do próprio usuário”.

A decisão sobre o tema está parada há três anos, desde que o processo teve pedido de vista do ex-ministro Teori Zavascki, falecido em janeiro de 2017 num acidente aéreo. A vaga foi ocupada

A DECISÃO SOBRE O TEMA ESTÁ PARADA HÁ TRÊS ANOS, DESDE QUE O PROCESSO TEVE PEDIDO DE VISTA DO EX-MINISTRO TEORI ZAVASCKI, FALECIDO EM JANEIRO DE 2017 NUM ACIDENTE AÉREO.

por Alexandre de Moraes, que, no mês passado, afirmou que em seu voto irá rebater as chamadas “lendas urbanas” que transitam em torno da questão. Moraes promete apresentar um estudo que analisou dados sobre tráfico da última década da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Luciana Zaffalon Cardoso, da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e do Instituto Brasileiro de

Ciências Criminais (IBCCrim), avalia que o grande ponto a ser encarado é a presunção de tráfico. “Mesmo que você defina quantidade, o importante é que se defina sempre a presunção de uso. Até determinada quantidade você, invariavelmente, deve ser considerado inocente. Acima daquela quantidade, você não pode automaticamente ser considerado culpado”, diz.

Seu colega de IBCCrim Cristiano Avila Maronna diz que a Lei de Drogas “não exige prova de que a pessoa vendia”. Para ele, “essa aleatoriedade, que alguns estudiosos chamam de o ponto cego da Lei de Drogas, porque você não tem critérios distintivos baseados na quantidade”, ele chama de “cegueira hermenêutica deliberada” por parte dos juízes, membros do Ministério Público (MP) e da polícia. “Porque isso cria uma cultura de arbitrariedade que interessa ao sistema. Porque o sistema opera com base na discricionariedade”, afirma.

O que os ministros do STF decidirem sobre a constitucionalidade do artigo 28 será aplicado a todos os processos semelhantes que tramitam na Justiça do país. Pela lei atual, o usuário é um criminoso, mesmo não estando sujeito à prisão. É o juiz de primeiro grau que definirá se ao acusado cabem penas mais graves ou se será liberado, prestará serviços à comunidade ou somente receberá uma advertência.

É o caso de André B. T., 41 anos, homem branco, “desclassificado” a pedido do MP. Em março de 2017, a polícia foi a sua casa, em Itaquera, na zona leste de São Paulo, com um mandado de prisão temporária por estelionato. Na busca por documentos falsos na residência, os policiais acharam 530 gramas de maconha num pote de vidro com tampa vermelha dentro da geladeira. Em juízo, o réu – que já tinha antecedentes criminais por roubo – alegou que a maconha era para consumo próprio e fora adquirida numa “biqueira” por R\$ 250.

Em vez do regime fechado, André recebeu uma pena de advertência para que não mais consuma drogas, o que fazia desde os 15 anos.

NA DÚVIDA, A FAVOR DO RÉU

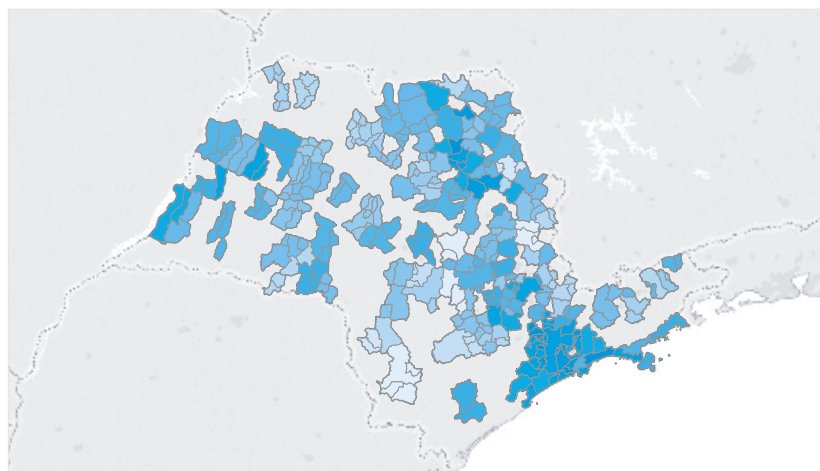
O levantamento da Pública mostra também que 70,4% dos processos de tráfico de drogas foram considerados procedentes pelos magistrados. Ou seja, quando se acolhe a denúncia do MP de maneira integral. Nessas sentenças, o réu pode ter sido condenado por mais de um crime, como posse ilegal de arma de fogo, corrupção de menor, resistência etc.

Em 15,8% das sentenças, o magistrado julgou a acusação “procedente em parte”. Nesses casos, o juiz optou

COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO NEGRA DOS MUNICÍPIOS

O mapa abaixo evidencia a sobrerrepresentação negra também nas 319 comarcas da justiça estadual com mais de 25 julgados. No mapa é possível verificar a quantidade total de julgados em 2017 para cada uma delas. Quanto mais escuras as tonalidades de laranja, maior é a representação de negros na comarca. Os dados indicam que as comarcas do estado registram fortes diferenças na frequência de condenação.

Comarcas com mais de 25 julgados / 2017 - Tráfico de Drogas



Camada de cor (% população negra)

14% 76%

por absolver o réu de algumas acusações que lhe foram feitas, mantendo-se, entretanto, a condenação por tráfico de drogas. Outros 6% das acusações foram “desclassificados”.

Em 7,9% das sentenças, o magistrado considerou a acusação “improcedente”. Assim, os réus foram absolvidos das imputações que lhe foram feitas na denúncia: caso de Thiago C. S., 27 anos. Acusado de

tráfico por portar 26,5 gramas de maconha e 10,8 gramas de cocaína, Thiago foi preso em flagrante em janeiro do ano passado, na região central de São Paulo, e os policiais que o prenderam afirmaram que ele carregava também munição de um revólver 9 mm, além de R\$ 50.

Sem antecedentes, ele nega o crime. Além disso, o depoimento de uma testemunha confirmou seu



álibi de que estava trabalhando no momento da prisão. Segundo o depoimento dos policiais, Thiago foi abordado com base em uma denúncia anônima, e suas características coincidiam com as descritas na denúncia. Thiago é negro.

“Contudo, quanto à autoria, esta é duvidosa”, escreveu a juíza na sentença. E explicou: “No presente caso, a prova deve ser analisada com cautela, tendo em vista que o depoimento prestado pelo réu em audiência de custódia é confirmado pelo laudo do IML [Instituto Médico Legal] e pela instauração de inquérito para apuração de delito de abuso de autoridade”.

Thiago afirmou que os policiais o ameaçaram e o agrediram para que assumisse o tráfico, caso contrário “lhe imputariam um estupro”. Na audiência de custódia, que deve ocorrer até 24 horas após a prisão em flagrante, ele relatou diante de um juiz as agressões, como socos na cabeça.

O IML confirmou as agressões, o que configurou o abuso de autoridade dos policiais. “É sabido que é perfeitamente possível, conforme entendimento sedimentado em nossos tribunais, a condenação por tráfico de drogas apenas com base em depoimento dos policiais”, disse a juíza. E ponderou: “É certo que existe uma probabilidade de que os fatos ocorreram como sustentado pelo Ministério Público. Entretanto, no processo criminal tudo deve ser cabalmente provado, sem nenhuma sombra de dúvida, os fatos devem ser realmente esclarecidos, em todos os seus detalhes e circunstâncias, nada pode ser presumido. Na ausência de certeza quanto à acusação, vigora o princípio do *in dubio pro reo* [na dúvida, a favor do réu]”, finalizou a juíza. ●



Jcomp / Freepik

METODOLOGIA

A pesquisa é amostral e trata-se de um recorte de um ano com base nos processos disponíveis para acesso público online e digitalizados no Banco de Sentenças do TJ-SP para o ano de 2017.

Foram encontrados mais de 22.500 processos referentes a crimes de “tráfico ilícito de drogas e condutas afins”. É a tipificação criminal que teve a maior participação em nossa pesquisa.

No levantamento foram consideradas apenas sentenças que concluíram pela “condenação”, “condenação em parte”, “desclassificação” e “absolvição”. Essas somaram 20.387 processos únicos.

Sentenças que indicam cumprimento de pena, prescrição, petições de habeas corpus e correções não foram incluídas. Também não entraram no levantamento 976 processos em que as sentenças concluíram em sentidos opostos, casos em que uma sentença decide pela absolvição de um acusado e condenação de outro, por exemplo. Essa decisão ocorreu em razão da dificuldade em classificar as informações dos sentenciados.

A pesquisa ainda buscou encontrar no portal do TJ documentos que informassem a cor dos sentenciados nesses processos. Essas informações foram obtidas nos autos dos processos digitais, em documentos como planilhas de qualificação dos réus, laudos do Instituto Médico Legal, ofícios de comunicação, alvarás de soltura, auto de prisão em flagrante, entre outros.

Entre as sentenças analisadas, foi possível identificar mais de 24 mil réus. Destes, não conseguimos encontrar informações de cor para 2.213 pessoas. Houve também casos com informações conflitantes para a cor dos réus – e todos os casos identificados foram tabulados como “indefinido”.

As informações demográficas das comarcas foram estimadas pelos municípios que ela abrange, de acordo com informações do TJ-SP e com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para obter as frequências de condenação, adotamos a seguinte equação: (Total de Negros Condenados pelo Total de Negros Julgados) e (Total de Brancos Condenados pelo Total de Brancos Julgados).



Você está preparado para o futuro?

Há muito venho falando sobre o quanto a tecnologia e inovação tem mudado nosso cotidiano, principalmente nossas relações de trabalho. Pesquisas recentes mostram que parte das profissões que conhecemos hoje em dia não existirão mais em no máximo 5 anos. Há quem se surpreenda com isso e se desespere, mas há também quem se prepare e qualifique para as mudanças que já estão acontecendo.

A tecnologia, temida por muitos, não veio para ceifar vagas de emprego, mas para fazer-nos evoluir e melhorar a vida da sociedade. É preciso se qualificar para os novos desafios profissionais que estão à nossa frente e isso não pode mais ser adiado. Pouco tempos atrás, quando ainda era secretário adjunto do trabalho, desenvolvemos uma ferramenta de qualificação profissional e ensino à distância e gratuito, o Qualifica Mais Brasília. Há tempos enxergamos a necessidade de qualificação profissional dos nossos jovens, além de necessário, é urgente e prova disso foi o sucesso absoluto do programa em nossa cidade.

Apenas em 2017, o Qualifica Mais certificou mais de 11 mil pessoas, gente que conseguiu melhorar sua qualificação e ainda ambicionar cargos mais altos em seus

trabalhos. Além dessa ação, trabalhamos incansavelmente para trazer a Campus Party para Brasília, evento que ao contrário do que muitos pensam, reforça a importância dos jovens se atualizarem na área da inovação, tecnologia

e empreendedorismo e ainda deixa um legado educacional absurdo por onde passa.

Nós enxergamos que é preciso plantar agora para poder colher lá frente. Daqui dez anos, quando parte das profissões que conhecemos tiverem sido extintas, aqueles nos chamavam de loucos, estarão perguntando o porquê não nos escutaram. Como costuma dizer um grande amigo meu, Francisco Farrugia, presidente do instituto Campus Party, “Daqui um tempo, a

tecnologia não será nenhuma surpresa, mas com certeza fará muitos surpreendidos”. Que estejamos atentos às mudanças, a tecnologia e a inovação veio para melhorar nosso dia a dia e não para ser temida, nós só precisamos nos adaptar.

Tamo Junto!

Thiago Jarjour é

“A tecnologia, temida por muitos, não veio para ceifar vagas de emprego, mas para fazer-nos evoluir e melhorar a vida da sociedade”



A Campus Party é um evento que reforça a importância dos jovens se atualizarem na área da inovação, tecnologia e empreendedorismo



Seminário Contribuições Acadêmicas para a Política de Subsídios da União

- **Data:** 07/12/2018
a 07/12/2018
- **Local:** Esaf - sede -
presencial. Brasília - Jardim
Botânico (RA XXVII) - DF
- **Público-alvo:** Servidores
públicos e estudiosos do tema.
- **Vagas:** 340
- **Carga horária:** 3h30



Escola de Administração Fazendária

INSCRIÇÕES
NO LINK:



Objetivo do evento é divulgar os resultados do Grupo de Pesquisa em Política de Subsídios da União com o objetivo de contribuir para a melhoria da governança dos subsídios.

PROGRAMAÇÃO

14H30: Abertura

15H

- Palestra “Um panorama sobre os Subsídios da União”
- Alexandre Manoel Angelo da Silva - Secretária de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria Sefel/MF

15H30

- Apresentação dos relatórios do Grupo de Pesquisa Política de Subsídios da União
- Moderação: Gabriel Leal de Barros - Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal
- Simples Nacional e fracionamento artificial de empresas no período

- 2006-2016: Evidências preliminares a partir dos dados identificados da Rais
- Cláudio Hamilton - Doutor em Economia pela New School for Social Research, Coordenador de Políticas Macroeconômicas do Ipea
- Análise dos Gastos Tributários do Governo Federal Considerando seus Aspectos Fiscais, de Equidade e de Eficiência Econômica
- Leonardo Carvalho de Mello - Mestre em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo, Auditor Federal de Finanças e Controle na Secretaria de Política Econômica/MF
- A Substituição da Desoneração da Cesta Básica pelo Aumento do Programa Bolsa Família: Maior Transparência e Menor Custo Fiscal
- Nelson Leitão Paes - Doutor em economia, Coordenador-Geral de Estudos Econômicos e Tributários da Secretaria de Política Econômica/MF

- Avaliação de Impacto do Programa Crescer: Os Efeitos do Microcrédito Produtivo Orientado Sobre a Renda e a Dependência na Assistência Social
- Seiji Kumon Fetter - Doutor em Economia pela EESP/FGV, Auditor Federal de Finanças e Controle na Secretaria de Política Econômica/MF
- Impacto da Desoneração Fiscal sobre o Bem-Estar e o Crescimento Econômico nos Municípios Brasileiros
- Tatiane de Almeida de Menezes - Pós-Doutora em Economia, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco

17H30

Lançamento Livro: Contribuições Acadêmicas para a Política de Subsídios da União



Novo curso para desenvolvimento de habilidades gerenciais

A Esaf lançou o curso Gestão Pessoal – Base da Liderança, fruto de parceria com a Receita Federal do Brasil. É um curso na modalidade de Educação a Distância, com duração de 50 horas, voltado a servidores que ocupam cargos de gestão ou aqueles que pretendem desenvolver suas habilidades interpessoais.

O CONTEÚDO

A base da gestão pessoal é o autoconhecimento. O curso, nessa concepção, permite aos estudantes refletir sobre suas virtudes, forças de caráter, valores pessoais, motivadores intrínsecos de trabalho e perfil comportamental.

A reflexão possibilita aos estudantes organizar estratégias de melhoria em sua vida laboral e em sua vida pessoal por meio de instrumentos que são disponibilizados ao longo do curso. Nesse sentido, o curso será de extrema importância para os profissionais que desejam obter um estado consciente em relação aos meios viáveis de se conseguir alcançar um objetivo.

INSCRIÇÕES
NO LINK:



Perspectivas 2019: os desafios para o Planalto

- **Local:** Auditório FGV 9 de julho - térreo
- **Endereço:** Rua Itapeva, 432 - Bela Vista, São Paulo/SP
- **Data:** 13 Dezembro 2018
- **Horário:** 08:30

O Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) e o jornal O Estado de S. Paulo, vão realizar, dia 13 de dezembro, o seminário “Perspectivas 2019: os desafios para o Planalto”.

O objetivo é mostrar as projeções para a economia brasileira no próximo ano e analisar os desafios que o presidente da República, Jair Bolsonaro, terá de enfrentar para recolocar o país nos trilhos do crescimento e promover maior equidade social. O seminário também vai avaliar a nova composição da Câmara e do Senado e quais as possibilidades do novo governo avançar com um programa de reformas.

Formulário de Inscrição: http://www.fgv.br/eventos/?p_evento=4172&p_idioma=0

INSCRIÇÕES
NO LINK:





VI Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal

Interessados podem se inscrever até o dia 31 de dezembro.

E stão abertas, até o dia 31 de dezembro, as inscrições para o VI Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. Idealizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o prêmio visa estimular a pesquisa, buscando ampliar e disseminar o conhecimento em Economia e Mercado Florestal, focando a produção sustentável no Brasil, os seus desafios e as perspectivas socioeconômicas e ambientais. Inscreva-se agora.

O prêmio é um convite à sociedade brasileira para apresentar novas ideias e contribuições acerca do

tema proposto. Pretende-se, ainda, mobilizar profissionais que podem e tenham interesse em contribuir para o debate, proporcionando a criação de um portfólio de estudos que contribuam para o aprimoramento institucional do SFB.

Poderão concorrer trabalhos individuais ou em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade, idade ou formação acadêmica, em duas categorias: Graduando; e Profissional.

O concurso terá como tema único Economia e Mercados Florestais. Entre os subtemas a serem apresentados neste concurso, encontram-se:

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS:

- O planejamento das concessões florestais federais no âmbito das dinâmicas do mercado de produtos e serviços florestais.
- A importância das concessões para legalização da oferta de madeira no mercado doméstico.
- Aumento da disponibilidade de matéria-prima de origem sustentável no mercado florestal.
- Potencialidades para as empresas que detenham o direito de manejar as florestas públicas.

- Cenários prospectivos das concessões florestais brasileiras.
- Avaliação de indicadores classificatórios e bonificadores das concessões florestais: critérios e parametrização para indicadores existentes e/ou novos.
- Avaliação dos Impactos ambientais, econômicos e/ou sociais das concessões florestais.

REGULAÇÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS:

- Mapeamento/distribuição de riscos dos contratos de concessão florestal.
- Reequilíbrio econômico-financeiro das concessões.
- Precificação de produtos madeireiros, não madeireiros e serviços florestais nas concessões.
- Reajuste dos preços dos contratos de concessão florestal.
- Direitos emergentes da concessão como garantia para obtenção de financiamentos pelos concessionários: regras para avaliação e parametrização.
- Avaliação de custos, benefícios e riscos de cada modalidade de garantia contratual para concessionários e poder concedente.
- Otimização da licitação à luz da teoria dos leilões.

MERCADO FLORESTAL:

- Produção madeireira sustentável e impactos na economia nacional.
- Tendências e cenários para produção, comercialização e consumo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros em âmbito nacional e internacional.
- Produção, comercialização e consumo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros nos biomas brasileiros.

- Ações para redução dos custos de transações inerentes às operações de base florestal.
- Sustentabilidade: necessidade de tornar a competição mais justa e sustentável no mercado.
- Substituição de produtos de origem madeireira: como recuperar mercados.
- Estratégias de agregação de valor para indústria de madeira brasileira.
- Estratégias para modernização da indústria madeireira.
- Mercados regionais e inter-regionais de madeiras.
- Infraestrutura, logística e novas tecnologias para expansão do mercado de produtos florestais.
- O mercado para a energia da biomassa de origem florestal.
- A importância das florestas nativas e plantadas como alternativa para diversificar e ampliar a oferta energética brasileira.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB VERDE):

- A necessidade de sistematização de uma conta satélite para o setor, de mensuração do PIB Florestal.
- Casos mundiais de elaboração de contas-satélites para o setor florestal: barreiras para sua implementação, instrumentos e estratégias utilizadas, recursos necessários.

SERVIÇO

Inscrições: até o dia 31 de dezembro, pelo link
<https://inscricao.enap.gov.br/>

Outras informações:
premioSFB@enap.gov.br

SISTEMA TRIBUTÁRIO DO SETOR FLORESTAL:

- Atuais dilemas e propostas de aprimoramento e simplificação.
- Análise econômica, social e ambiental de incentivos fiscais.
- Comércio Internacional e Inserção do Setor Florestal Brasileiro:
- Análise e posição brasileira em cadeias globais de valor de base florestal.
- Como tornar competitivas as empresas brasileiras no mercado global de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.
- Quadro Atual do Setor de Florestas Plantadas no Brasil:
- Principais produtos e regiões produtoras, gargalos enfrentados pelo setor, organização produtiva, exportações e suas interconexões com os demais setores da economia.

TENDÊNCIAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA O SETOR DE FLORESTAS PLANTADAS:

- Produção, consumo, distribuição geográfica, investimentos, exportação e formação de mão de obra.
- Quadro Atual e Propostas para o Setor de Florestas Nativas:
- Mecanismos para ampliação da produtividade e da competitividade.
- Simplificação regulatória.
- Novo Código Florestal Brasileiro:
- Impactos econômicos do novo Código Florestal.
- Oportunidades econômicas para o setor florestal (Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programas de Regularização Ambiental – PRAs).
- A divulgação do resultado está prevista para fevereiro de 2019 e a cerimônia de premiação será em março de 2019.

Buscando a excelência na



administração pública



IBAP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration



DPADM/ONU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas

EVITE OS SINTOMAS DA CRISE.

REMÉDIO PARA QUEDA NAS VENDAS



POSOLOGIA

Uma dose de conversa diária com sua agência, de preferência no almoço

CONTRA-INDICAÇÃO

Não indicado para a concorrência

EFEITOS COLATERAIS

Ânimo elevado devido aos resultados

RECOMENDAÇÃO

Não suspenda a medicação



 61 3475 9999